



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – CAEN
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA – MPE**

ADRIANO LIMA ARAÚJO

**ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E DOS IMPACTOS ECONÔMICOS E
SOCIAIS DOS RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE
FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO) PARA OS MUNICÍPIOS PARAENSES NO
PERÍODO 1999 – 2007**

**FORTALEZA
2010**

ADRIANO LIMA ARAÚJO

**ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E DOS IMPACTOS ECONÔMICOS E
SOCIAIS DOS RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE
FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO) PARA OS MUNICÍPIOS PARAENSES NO
PERÍODO 1999 – 2007**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia – Mestrado Profissional – da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

**FORTALEZA
2010**

ADRIANO LIMA ARAÚJO

**ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E DOS IMPACTOS ECONÔMICOS E
SOCIAIS DOS RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE
FINANCIAMENTO DO NORTE (FNO) PARA OS MUNICÍPIOS PARAENSES NO
PERÍODO 1999 – 2007**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia – Mestrado Profissional – da Universidade Federal do Ceará - UFC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia.

Data de Aprovação: **17 de março de 2010**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adriano Sarquis Bezerra de Menezes
Orientador

Prof. Dr. Ronaldo de Albuquerque e Arraes
Membro

Prof. Dr. Ricardo Brito Soares
Membro

Aos meus pais Antônio Lima Araújo e Cleonice Lima Araújo. Ao meu irmão Adilson Lima Araújo. À minha esposa Maria Valdeíze dos Santos Monteiro.

AGRADECIMENTOS

À Deus, o Pai Todo-Poderoso, seu Filho Jesus Cristo, o Nosso Salvador, e o Espírito Santo, que nos concede a graça. Fizeram os céus, a terra e tudo que nele há. Ele está em todo lugar (onipresente), tudo sabe (onisciente) e tudo pode (onipotente).

À família, a quem dedico este trabalho, pois compreendem a minha ausência em alguns momentos importantes de suas vidas, e por me incentivarem a continuar na gratificante missão em busca do conhecimento.

Ao orientador, Prof. Dr. Adriano Sarquis, pela paciência e dedicação na concretização deste trabalho, além de imprescindíveis sugestões.

Ao coordenador do curso, Prof. Phd. Ronaldo Arraes, pela paciência, execução dos cálculos e pelos conselhos dados no decorrer do trabalho, enriquecendo-o.

Ao Prof. Phd. Ricardo Brito pelas considerações, que muito ajudaram no desenvolvimento deste.

Aos docentes do CAEN, que não hesitaram em transferir parte do saber aos seus alunos.

Aos colegas do mestrado, que compartilharam suas experiências fazendo com que o aprendizado fosse mais fácil e prazeroso.

Ao Banco da Amazônia, em especial, à Monica de Nazaré C. Ferreira, Rosana Silva, DeJane, ao Roberto F. Borges e ao Pedro H. S. Gonçalves, por fornecer os dados necessários a esta pesquisa.

À amiga e irmã no trabalho voluntário na Fraternidade Mundial dos Escoteiros, Germana Holanda de Queiroz, pela gentil hospitalidade que me foi fornecido quando precisei retornar a Fortaleza.

Às Faculdades Integradas do Tapajós e alunos, por entender que as experiências aqui alcançadas refletirão no bom desempenho das minhas atividades docentes.

Aos Professores Msc. Sandro Leão e Msc. Roberto Lavor, pelas valiosas discussões e sugestões.

Aos Professores Msc. José de Lima Pereira e Esp. Wladimir A. S. de Melo, pelo apoio e incentivo.

À economista e amiga Louise Pacheco, pela revisão ortográfica, e ao Herlisson Nunes pela tradução.

RESUMO

O presente trabalho analisa a distribuição espacial dos recursos contratados do FNO e os impactos econômico-sociais gerados nos municípios do Estado do Pará no período 1999-2007, Estado que apresentou no período o menor PIB *per capita* da Região Norte e um dos mais baixos do país. Para os teóricos, o crédito é elemento motriz e dinamizador do crescimento e desenvolvimento econômico regional e proporciona crescimento da atividade produtiva e consumo das famílias. Após análise da origem e desempenho dos fundos constitucionais, é feito um comparativo da distribuição espacial dos recursos daquele crédito subsidiado no Estado por mesorregião geográfica. Utilizando-se de abordagem econométrica, são extraídas as conclusões finais quanto: influência estatisticamente significativa e positiva das contratações do FNO sobre o PIB e PIB *per capita* dos municípios; as chances maiores de obterem contratações do FNO para algumas das mesorregiões do Estado, a municípios classificados pela tipologia PNDR como de Alta Renda e a municípios com PIB *per capita* médio acima da média registrada no período; e, resultados quanto aos impactos ocasionados pela contratação nas variações dos PIBs *per capita* e do índice IFDM dos municípios.

Palavras-chave: FNO. PIB. Distribuição espacial. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The present work analyzes the spatial distribution of the contracted resources from FNO and the economic-social impacts generated in the cities of Pará State from 1999 until 2007, State who had presented at this period the lesser per capita GDP of the North region and one of Brazil's lowest. In theory, the credit is the motor and dinamizer element of the growth and regional economic development and provides the growth of the productive activity and consumption of the families. After the analysis of the origin and performance of the constitutional funds, is made a comparision about the spatial distribution of the resources of that credit subsidized in the State for geographic meso-region. By the use of an econometrical approach, the final conclusions are extracted about: significant and positive statistical influence of the FNO contracts about the per capita GDP and GDP of the cities; the highest possibilities to get the FNO resources for some of the State's meso-regions, to cities classified for PNDR typology as High Income and the cities with the average per capita GIP above average registered in the period; and, results about the impacts caused by the contracts in the variations of the per capita GDP's and the IFDM Index of the cities.

Keywords: FNO. GDP. Spatial Distribution. Development.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 - Comparativo entre os repasses do Tesouro Nacional e as aplicações dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento de 1989 ao ano de 2008..... 31
- FIGURA 2 - Comparativo entre os repasses do Tesouro Nacional e as aplicações dos recursos do FNO..... 32
- FIGURA 3 - Evolução das Contratações do FNO por Unidade Federativa (R\$ mil)..... 33

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Distribuição quantitativa dos 143 municípios paraenses conforme Mesorregião e PNDR.....	23
TABELA 2 - Quantitativo populacional por Mesorregião do Estado do Pará do ano de 1999 a 2007 (Nº de habitantes).....	24
TABELA 3 - PIB a preço de mercado e PIB <i>per capita</i> do Estado do Pará do ano de 1999 ao ano de 2007.....	25
TABELA 4 - Comparativo entre os PIBs Municipais por Mesorregião do Estado do Pará – Valor Adicionado Bruto da Agropecuária – Valores Atualizados (R\$ mil).....	25
TABELA 5 - Comparativo entre os PIBs Municipais por Mesorregião do Estado do Pará – Valor Adicionado Bruto da Indústria – Valores Atualizados (R\$ mil).....	26
TABELA 6 - Comparativo entre os PIBs Municipais por Mesorregião do Estado do Pará – Valor Adicionado Bruto dos Serviços – Valores Atualizados (R\$ mil).....	26
TABELA 7 - Comparativo entre os PIBs Municipais por Mesorregião do Estado do Pará – Produto Interno Bruto Municipais – Valores Atualizados (R\$ mil).....	27
TABELA 8 - Comparativo entre os PIBs per capita Municipais por Mesorregião do Estado do Pará – Valores Atualizados (R\$ 1).....	27
TABELA 9 - Comparativo de Repasses Anuais da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Contratações dos Fundos Constitucionais de Financiamento – Valores Atualizados (R\$ mil).....	29
TABELA 10 - Comparativo entre as Contratações do FNO por Unidade Federativa – Valores Atualizados (R\$ mil).....	33
TABELA 11 - Comparativo entre as Contratações do FNO por Mesorregião do Estado do Pará – Setor de Atividade Rural – Valores Atualizados (R\$ mil).....	34
TABELA 12 - Comparativo entre as Contratações do FNO por Mesorregião do Estado do Pará – Setor de Atividade Industrial – Valores Atualizados (R\$ mil).....	35
TABELA 13 - Comparativo entre as Contratações do FNO por Mesorregião do Estado do Pará – Todos os Setores de Atividade – Valores Atualizados (R\$ mil).....	35
TABELA 14 - Resultados obtidos para as variáveis PIB e FNO.....	43
TABELA 15 - Estimção dos coeficientes por Mesorregião pelo Modelo <i>Logit Multinomial</i>	44
TABELA 16 - Estimção dos coeficientes por PNDR pelo Modelo <i>Logit Multinomial</i>	45
TABELA 17 - Estimção dos coeficientes de Log (FNO) por Mesorregião x PNDR pelo Modelo <i>Logit Multinomial</i>	45
TABELA 18 - Estimção dos coeficientes de Log (FNO) por PIB <i>per capita</i> médio do período pelo Modelo <i>Logit Multinomial</i>	45

TABELA 19 - Estimacão dos coeficientes de Log (FNO) por Variao do PIB <i>per capita</i> 2007/1999 pelo <i>Modelo Logit Multinomial</i>	46
TABELA 20 - Estimacão dos coeficientes de Log (FNO) por Variao do IFDM 2006/2000 pelo <i>Modelo Logit Multinomial</i>	46
TABELA 21 - Relao dos 143 Municípios Paraenses com informao sobre: Mesorregião, Populao de 2007, área e Tipologia da PNDR.....	52
TABELA 22 - Classificao dos 15 municípios do Estado do Pará com maiores valores do PIB no período 1999 – 2007 – Valores Atualizados (R\$ mil).....	56
TABELA 23 - Classificao dos 15 municípios do Estado do Pará com menores valores do PIB no período 1999 – 2007 – Valores Atualizados (R\$ mil).....	56
TABELA 24 - Classificao dos 15 municípios do Estado do Pará com maiores valores médios do PIB <i>per capita</i> no período 1999 – 2007 – Valores Atualizados (R\$ 1).....	57
TABELA 25 - Classificao dos 15 municípios do Estado do Pará com menores valores médios do PIB <i>per capita</i> no período 1999 – 2007 – Valores Atualizados (R\$ 1).....	57
TABELA 26 - Classificao dos 15 municípios do Estado do Pará com maiores valores contratados do FNO no período 1999 - 2007 – Todos os Setores de Atividade – Valores Atualizados (R\$ mil).....	58
TABELA 27 - Classificao dos 15 municípios do Estado do Pará com menores valores contratados do FNO no período 1999 - 2007 – Todos os Setores de Atividade – Valores Atualizados (R\$ mil).....	58
TABELA 28 - Classificao dos 15 municípios do Estado do Pará com maiores valores contratados do FNO no período 1999 - 2007 – Setor de Atividade Industrial – Valores Atualizados (R\$ mil).....	59
TABELA 29 - Classificao dos 15 municípios do Estado do Pará com menores valores contratados do FNO no período 1999 - 2007 – Setor de Atividade Industrial – Valores Atualizados (R\$ mil).....	59
TABELA 30 - Classificao dos 15 municípios do Estado do Pará com maiores valores contratados do FNO no período 1999 - 2007 – Setor de Atividade Rural – Valores Atualizados (R\$ mil).....	60
TABELA 31 - Classificao dos 15 municípios do Estado do Pará com menores valores contratados do FNO no período 1999 - 2007 – Setor de Atividade Rural – Valores Atualizados (R\$ mil).....	60
TABELA 32 - Comparativo entre as mesorregião dos 15 municípios do Estado do Pará com maiores valores e menores valores contratados do FNO no período 1999 - 2007 – Todos os Setores, Setor de Atividade Industrial e Setor de Atividade Rural – Valores Atualizados (R\$ mil).....	61

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O CRÉDITO, OS BANCOS E O DESENVOLVIMENTO.....	17
3 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	22
3.1 Caracterização Econômico-Social da Região em Estudo.....	22
3.1.1 A Região Norte.....	22
3.1.2 O Estado do Pará.....	23
3.2 Os Fundos Constitucionais de Financiamento.....	28
3.2.1 As Origens e o Desempenho dos Fundos Constitucionais.....	28
3.2.2 O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.....	31
3.2.3 A Distribuição dos Recursos do FNO no Estado do Pará.....	34
4 RESULTADOS.....	37
4.1 Metodologia.....	37
4.2 Resultados Observados.....	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICES.....	52

1 INTRODUÇÃO

O advento do sistema capitalista de produção tem proporcionado grandes progressos para a humanidade nas mais diferentes áreas. As grandes transformações têm sido observadas, sobretudo nas áreas do conhecimento científico e níveis de bem-estar. Com esse sistema econômico surgiu também o conceito de *crescimento econômico*, a partir da própria análise deste período.

Desde então, os governos no mundo todo adotam diversas políticas públicas com o objetivo de incentivar o crescimento da economia de suas nações. Ao longo dos anos, entretanto, notou-se que tal crescimento gera graves distorções sociais, como a concentração de renda.

Variados estudos tentam explicar como produzir o crescimento da economia atrelado à melhoria de distribuição de renda. Isto porque as evidências mostram que nem sempre ambos caminham juntos. O aumento do produto da economia ligado à redução da concentração de renda gera melhoria nos índices de bem-estar econômico e social, além de tornar a economia mais sólida, competitiva e produtiva.

Entre os índices capazes de medir o nível de bem-estar, o Produto Interno Bruto – PIB e o Produto Interno Bruto *per capita* – PIB *per capita*, apresenta-se como um dos mais satisfatórios e são os mais utilizados em análises macroeconômicas. O PIB representa a soma de tudo que é produzido pela economia de uma nação ao longo de determinado período de tempo, enquanto que o PIB *per capita* é o PIB dividido pela população total da nação.

Os índices IDH¹ e coeficiente de Gini² – indicado por alguns autores como mais realistas quanto ao fator distribuição de renda – apresentam o inconveniente de que seus índices não possuem sequência de cálculo ao longo dos anos.

¹ IDH – Índice de Desenvolvimento Humano: divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, leva em consideração no seu cômputo os fatores: educação, longevidade e renda.

² Coeficiente de Gini: mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, com valor que varia de 0 (não há desigualdade), a 1 (a desigualdade é máxima).

Na tentativa de compreender como promover a igualdade social simultaneamente em que se cria o crescimento do produto da economia e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico, alguns estudiosos perceberam que o crédito possui papel fundamental nesse processo. Para alguns autores, o crédito é vital para o desenvolvimento econômico no sistema capitalista de produção. A partir da concessão de crédito via sistema financeiro (bancos), o empresário poderá colocar suas idéias em prática e realizar os investimentos necessários.

O crédito concedido ao empresário permite que ele tenha acesso aos meios de produção e assim desenvolva sua atividade econômica. Quando tudo ocorre de maneira satisfatória, ou seja, dentro do que foi planejado, o empresário obtém lucros e promove de maneira inconsciente o desenvolvimento da economia, onde através da atividade produtiva estará proporcionando um crescimento do produto da economia, gerando emprego e, por conseguinte, renda para a população.

Na tentativa de compreender como promover a igualdade social simultaneamente em que se cria o crescimento do produto da economia e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico, alguns estudiosos perceberam que o crédito possui papel fundamental nesse processo. Para alguns, o crédito é vital para o desenvolvimento econômico no sistema capitalista de produção. A partir da concessão de crédito via sistema financeiro (bancos), o empresário poderá colocar suas idéias em prática e realizar os investimentos necessários.

O crédito concedido ao empresário permite que ele tenha acesso aos meios de produção e assim desenvolva sua atividade econômica. Quando tudo ocorre de maneira satisfatória, ou seja, dentro do que foi planejado, o empresário obtém lucros e promove de maneira inconsciente o desenvolvimento da economia, onde através da atividade produtiva estará proporcionando um crescimento do produto da economia, gerando emprego e, por conseguinte, renda para a população.

Na finalidade de fomentar a economia induzindo o desenvolvimento econômico via concessão de crédito e minimizar os graves problemas da desigualdade econômica e social entre as regiões brasileiras, regulamentaram-se em lei os Fundos Constitucionais de Financiamento, tendo estes o objetivo de promoção do desenvolvimento econômico e social das regiões abrangidas, por meio de programas de financiamento direcionados aos setores

produtivos, atendendo deste modo, especialmente a três regiões brasileiras, são elas: Nordeste, Centro-Oeste e Norte do país, onde cada qual é atendida por um fundo exclusivo.

Ao Banco da Amazônia S.A., instituição financeira pública federal de caráter regional, coube a responsabilidade de administrar os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, que procura aplicá-los de acordo com o Plano de Aplicação dos Recursos, elaborado anualmente, a fim de maximizar a eficiência na alocação desses recursos, e, assim, “promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, e deste modo, contribuir para a minimização das desigualdades inter e intra-regionais, a inclusão social, a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida das populações locais”, conforme menciona o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte para 2008.

Entre os Estados atendidos pelo FNO, o Pará apresenta-se como o maior captador de recursos desse fundo. Contudo, os dados demonstram que esses recursos não foram distribuídos entre os municípios de maneira equitativa, havendo mesorregiões que receberam mais de 50% dos recursos, enquanto que houve mesorregião recebendo menos que 1%.

Diante desta pretensão aludida aos recursos do FNO de promover o desenvolvimento e minimizar as desigualdades, surgem os questionamentos: Será que os recursos deste fundo estão de fato contribuindo para o desenvolvimento dos municípios paraenses? Estão promovendo a minimização das desigualdades ou promovendo ainda mais concentração de renda? Estão, portanto, melhorando os índices de bem-estar econômico e social?

Com vistas a analisar a distribuição espacial desses recursos para identificar se de fato estão sendo destinados especialmente aos municípios com menores índices de desenvolvimento, além dos impactos ocasionados pelas contratações do fundo aos PIB e PIB *per capita* dos municípios, é que esse trabalho se valerá.

Com embasamento no Modelo econométrico, baseado em dados de painel, e a partir dos objetivos propostos, pretende-se: 1) Verificar o comportamento do PIB e do PIB *per capita* dos municípios em função do FNO; 2) Verificar o direcionamento do FNO aos municípios em função da mesorregião geográfica, classificação da Política Nacional de

Desenvolvimento Regional – PNDR³ dos municípios e do PIB *per capita*; e 3) Analisar os impactos ocasionados pelas contratações do FNO na variação do PIB *per capita* e no Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM⁴ dos municípios paraenses.

É papel do governo zelar pelos interesses e pelo bem-estar da população em geral, e qualquer nação que deseje ter um desenvolvimento efetivo, deve primeiramente despender esforços no sentido de diminuir as diferenças sociais existentes, tratando os desiguais de maneira diferenciada. Portanto, torna-se necessária a adoção de políticas macroeconômicas pelo setor público no sentido de viabilizar o desenvolvimento econômico, partindo-se da melhoria dos índices de bem-estar. Para esta finalidade, o setor público pode se utilizar de diversas formas de atuação política, e entre elas, a política de crédito.

Considerando que a Região Norte apresenta os piores índices de desenvolvimento do país, e o Estado do Pará, o Estado o que recebeu o maior aporte de recursos desde a origem do fundo, este trabalho será limitado tão somente à análise do FNO, principal crédito de fomento da Amazônia, e sua aplicação no Estado do Pará.

Certos estudos efetuados por instituições com grande respaldo no meio acadêmico e científico, tais como da Universidade da Amazônia – UNAMA, da Universidade Federal do Acre – UFAC, Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Federal do Ceará – UFC, e entre outros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, sobre a distribuição dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNO e FNE) nas respectivas regiões de atendimento do fundo, chegaram a conclusões, algumas até de “forma robusta”, de

³ Pela PNDR, elaborada pelo Ministério da Integração Nacional, os municípios são classificados como Alta Renda, Dinâmicas, Estagnadas ou Baixa Renda, conforme cruzamento das informações: rendimento domiciliar médio e do crescimento do PIB *per capita*, com o objetivo de orientar as políticas públicas do país no sentido de reduzir as desigualdades sociais e econômicas intra e inter-regionais observadas e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Os municípios de Alta Renda apresentam alto rendimento domiciliar por habitante, independente do dinamismo observado, e são, portanto, municípios não prioritários para a PNDR, pois dispõem de recursos suficientes para reverter concentrações de pobreza. Os municípios classificados como Dinâmicos, apresentam rendimentos médios e baixos, mas com dinâmica econômica significativa. Os classificados como Estagnados apresentam rendimento domiciliar médio, porém, com baixo crescimento econômico. E municípios classificados como de Baixa Renda, possuem baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo. Cabe ao Ministério da Integração, à luz da PNDR, estabelecer as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNO e FNE).

⁴ O IFDM, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, a partir de dados oficiais, constitui-se de uma média ponderada de indicadores como Emprego & renda, Educação e Saúde dos municípios, e varia de 0 a 1 (quanto mais próximo a 1 for, maior o nível de desenvolvimento do município). Possibilita o acompanhamento do desenvolvimento humano, econômico e social de todos os municípios brasileiros, além de permite a orientação de ações públicas e acompanhar seus impactos sobre o desenvolvimento dos municípios.

que os recursos não foram direcionados de forma prioritária aos Estados ou Municípios mais pobres em qualquer dos três fundos constitucionais existentes.

Este trabalho diferenciará dos demais por analisar restritamente o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e seus impactos, bem como o direcionamento, aos municípios paraenses no período 1999-2007.

Com o intuito de se obter informações a respeito das teorias de crescimento e desenvolvimento econômico, assim como a importância do crédito para o desenvolvimento, dos fundos constitucionais de financiamento, em especial o FNO, e sobre a caracterização econômica e social das regiões atendidas por este fundo, principalmente o Estado do Pará, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e documental.

As informações sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento foram coletados por meio de análise de relatórios publicados pelas instituições governamentais competentes e estudos já realizados sobre o objeto de estudo desse trabalho, além de informações fornecidas pelo próprio banco gerenciador dos recursos do FNO, o Banco da Amazônia S.A., enquanto que os dados dos PIBs Municipais e população foram coletados junto ao site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE⁵. E a classificação PNDR, foi obtida através de consulta no web site do Ministério da Integração e o Índice Firjan, através do web site do Sistema Firjan.

Este estudo está dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução, o segundo capítulo trata do marco teórico de onde se obtiveram as informações necessárias para o perfeito entendimento de como o crédito é fundamental nesse processo de desenvolvimento. No capítulo seguinte, é efetuada uma caracterização econômico-social da Região Norte e do Estado do Pará e posteriormente a análise da origem dos fundos constitucionais e o seu desenvolvimento ao longo dos anos, em especial o FNO e a distribuição dos recursos desse fundo no Estado do Pará. O quarto capítulo é composto pelos resultados encontrados a partir do exame dos dados obtidos, sendo apresentada primeiramente a metodologia empregada e,

⁵ O IBGE é uma instituição da administração pública federal, subordinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cujas atribuições, entre outras, é o de produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística. O PIB é calculado pelo IBGE seguindo padrões internacionais a partir de metodologia sugerida pela Organização das Nações Unidas – ONU.

em seguida, as principais conclusões auferidas. Finalmente o quinto apresenta as considerações finais.

2 O CRÉDITO, OS BANCOS E O DESENVOLVIMENTO

Os indivíduos motivados pelo interesse de satisfazer as suas mais variadas necessidades, recorrem ao mercado de bens e serviços a fim de obter os bens que necessitam. Por outro lado, os produtores utilizando-se desse mesmo mercado, ofertam os bens e serviços que produzem. Tanto os primeiros, a quem se denomina consumidores, quanto aos segundos, os produtores, podem consumir e produzir os produtos mesmo sem ter as condições financeiras para tal. Como instrumento viabilizador deste processo de compra e venda, surge o crédito.

Crédito pode ser definido como a confiança de que um comprador (ou um tomador de crédito) pagará ao seu fornecedor (ou seu credor), por um bem ou serviço adquirido (ou mesmo dinheiro ou outra forma de recurso financeiro) por conta de uma transação comercial, em um tempo qualquer determinado posterior ao do início da transação, dado o fato de que o comprador, por exemplo, já recebeu pelo bem adquirido, decorrendo assim um tempo entre a aquisição do bem e o pagamento referente à compra deste bem.

Schumpeter observou que “o desenvolvimento é em princípio impossível sem o crédito”. Ao elaborar sua teoria sobre desenvolvimento, a chamada teoria Schumpeteriana, a figura do banqueiro torna-se indispensável, pois este – atuando como intermediário entre os proprietários dos meios de produção, a quem chama capitalista, e entre os que adotam novas combinações produtivas, o empresário – ao criar o crédito amplia os meios de pagamentos e permite ao empresário por em execução suas idéias e a consequente antecipação dos lucros com os quais pagará pelos empréstimos concedidos pelos banqueiros. (SCHUMPETER, 1982, p. 74).

Na teoria desenvolvida por Schumpeter, os fatores capazes de promover o desenvolvimento são: a adoção de novas combinações denominadas de inovações; a ação do empresário inovador que consegue reunir profissionais especializados e capitais, a fim de obter novas combinações; e a concessão do crédito a este empresário inovador para que ele tenha poder de compra para realizar as inovações, haja vista a limitação financeira por parte do empresário.

As novas combinações, consistindo do emprego diferenciado dos recursos produtivos disponíveis no sistema econômico, poderiam ocorrer a partir dos seguintes casos: introdução de um bem não familiar aos consumidores ou de uma nova qualidade de determinado bem, introdução de um novo método produtivo ou de comercialização da mercadoria, abertura de um novo mercado, descoberta de uma nova fonte de matérias-primas ou de bens semi-acabados, e estabelecimento de uma nova organização industrial qualquer. Análises neo-schumpeterianas, contudo, aprofundaram as idéias de Schumpeter no que diz respeito ao processo de inovação, incluindo também idéias de que ocorre inovação por conta da busca por novas tecnologias, a adoção destas e mudanças tecnológicas decorrentes da aprendizagem do uso das tecnologias adotadas.

Na análise de Schumpeter, o desenvolvimento econômico ocorre com a própria realização das inovações ao empregar de maneira diferente os fatores já existentes. O inovador, aquele que executa as novas combinações, não necessariamente é o próprio inventor. A ação do empresário inovador se dá a partir daquilo que ele descreve como o fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico: a realização de novas combinações – o empreendimento – por indivíduos que têm a função de promover as inovações no processo produtivo – o empresário.

O empresário deseja colocar o empreendimento em funcionamento, e não dispondo dos recursos financeiros necessários para comprar os meios de produção, recorre ao sistema bancário para obter o crédito.

A concessão do crédito ao empresário inovador cria o “poder de compra”, no qual este empresário conseguirá acesso aos meios de produção, a partir dos quais colocará em prática seus objetivos. Para Schumpeter (1982, *idem*), a criação do poder de compra “caracteriza, em princípio, o método pelo qual o desenvolvimento é levado a cabo num sistema com propriedade privada e divisão do trabalho”.

Os capitalistas, através do sistema bancário, fornecem o crédito ao empresário. Os bancos, ao fornecerem crédito, criam o poder de compra, muito embora este crédito não esteja totalmente coberto por lastros, seja em ouro, seja em depósitos bancários. E como argumentou Schumpeter (1982, p. 53), “o banqueiro não é primariamente tanto um intermediário da mercadoria “poder de compra”, mas um *produtor* dessa mercadoria”. Utilizando-se da

poupança, os bancos cumprem com seu papel de gerador de crédito e criador do poder de compra.

O empresário ao completar sua atividade econômica e caso tudo ocorra dentro do esperado, deve pagar ao banqueiro a dívida outrora contraída, que se constitui do montante creditado acrescido dos juros decorrentes do financiamento, além de reter o saldo credor, a quem chamou de lucro empresarial, pois “o resultado de seu empréstimo o capacita a cumprir essa condição”. (SCHUMPETER, 1982, p. 76).

O francês Marie Jean Antonie Nicholas de Caritat, Marques de Condorcet (1743-1794), já havia observado como obter uma igualdade social e econômica a partir da regulação do crédito. Ele descreve que se o governo limitasse o crédito que era oferecido aos poderosos capitalistas e ampliando o crédito oferecido aos trabalhadores comuns, o poder e a riqueza dos capitalistas poderiam ser diminuídos e os trabalhadores poderiam ficar, aos poucos, mais independentes dos capitalistas, daí resultando numa igualdade social e econômica muito maior. (HUNT, 1981, p. 92).

A idéia proposta pelo Marques de Condorcet revela a preocupação em se obter uma situação igualitária entre as pessoas através do uso crédito, apesar de ser um pensamento bastante limitado dado o fato de que se propõe a redução da riqueza dos capitalistas, ao invés do aumento da renda dos trabalhadores.

Para o pesquisador do IPEA Manoel Pires, o crédito proveniente do mercado financeiro contribui no processo de desenvolvimento econômico dos municípios brasileiros. De acordo com os resultados obtidos em suas análises para os anos de 1991 a 2000 têm-se que para a região sudeste do Brasil todas as variáveis de crédito foram significativas para explicar o crescimento da região, enquanto que para as demais regiões, não foi possível a comprovação da mesma hipótese em função da ausência de demanda por crédito nelas. (PIRES, 2005).

O economista Michael Kalecki enfatizou que ter acesso ao crédito é o que o capitalista precisa, e não de poupança, pois o crédito permite que o investimento se autofinancie. Com o acesso ao crédito, o capitalista poderá gastar e especialmente investir,

fazendo com que a sua receita futura seja determinada nos níveis em que pretende. (KALECKI, 1988).

João Romero, em seu paper, ao mencionar o trabalho de Dow (1982 e 1987), informa que de acordo com os modelos desenvolvidos por este, os diferentes padrões de desenvolvimento regional também são reflexos das “características e modo de funcionamento do sistema financeiro” e não tão somente do lado real da economia. (DOW, S. C *apud* ROMERO, 2008, p. 5).

O crédito é de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento econômico e constitui o principal meio pelo qual o investimento é financiado. Os bancos, instituições de crédito integrantes do sistema financeiro, desempenham um papel importante no financiamento do desenvolvimento, quando promovem a intermediação financeira ao captar poupança de agentes econômicos superavitários e direcionar esses recursos sob a forma de crédito ao setor privado.

O crédito concedido às famílias permite um aumento no consumo de bens duráveis e o investimento em itens como, moradia e educação, criando um ambiente de crescimento econômico pelo lado da demanda. O crédito concedido às empresas, especialmente às pequenas e médias empresas, que são a base principal para a geração do emprego e da renda, por sua vez, possibilita a realização de inovações, o que realimenta o processo de crescimento econômico, desta vez pelo lado da oferta.

O crédito do setor bancário constitui uma das principais fontes de financiamento das empresas na região, e a existência de um sistema adequado de crédito que financie os investimentos é fundamental para que o desenvolvimento econômico e social de uma nação seja concretizado. Quando um banco comercial financia a atividade de uma empresa, o faz levando em consideração os possíveis resultados econômico-financeiros a serem alcançados. Os bancos de desenvolvimento, entretanto, avaliam também o interesse social, e são aptos a oferecerem crédito a empresas que não conseguiriam obtê-lo em condições favoráveis ao estabelecimento e crescimento empresarial.

Rogério Studart em seu trabalho em que analisa o papel das instituições e mercados financeiros no processo de acumulação em economias de mercado, e a partir da

análise pós-keynesiana sobre o papel do sistema bancário no processo de financiamento da acumulação, aborda que em economia com um sistema bancário minimamente desenvolvido, o financiamento do investimento independe de poupança prévia e ainda possibilita a criação posterior da renda através do efeito multiplicador. (STUDART, 1993).

Conforme a economia apresenta sinais de otimismo, os bancos concedem créditos sem maiores preocupações quanto aos prazos, riscos ou garantias. No entanto, quando as expectativas quanto ao futuro da economia apresenta sinais de retração, os bancos tendem também a reduzir os créditos e prazos concedidos, entre outras ações, no intuito de reduzir os riscos de inadimplência.

Na medida em que o crédito privado mostra-se incapaz de financiar as atividades produtivas, como por exemplo, por conta da disponibilidade insuficiente de recurso financeiro, dos riscos e/ou prazos envolvidos nas transações, o Estado surge como credor, atuando através dos bancos estatais, especialmente, os bancos de desenvolvimento.

O crédito subsidiado – empréstimos normalmente concedidos pelos governos a taxas, prazos e/ou condições mais favoráveis que o oferecido no mercado – compõe uma das principais formas de atuação creditícia do Estado e maneira pelo qual este intervém na economia visando, entre outros objetivos, o fomento da economia e o desenvolvimento econômico e social.

O Estado ao conceder empréstimos com taxas subsidiadas, por exemplo, permite que haja o barateamento no preço final dos produtos fabricados pela indústria beneficiada com o crédito, ficando esse valor final menor que o valor que seria praticado em situação de livre mercado, e, assim, esses produtos que obtiveram empréstimos subsidiados poderiam fazer competição face aos produtos fabricados em outros países cujos preços de produção sejam menores.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento são exemplos de subsídios financeiro público que procuram melhorar a qualidade e produtividade das atividades produtivas beneficiadas e a promoção do desenvolvimento econômico e social das regiões atendidas pelo fundo.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1 Caracterização Econômico-Social da Região em Estudo

3.1.1 A Região Norte

A Região Norte é a maior região em extensão territorial do país com área de 3.852.967,6 km², abrangendo 45,27% de todo o território nacional, sendo formado por 7 Estados. É 2,4 vezes maior que a Região Centro-Oeste, a segunda maior região em extensão territorial.

O maior Estado da região e também do país é o Estado do Amazonas com área de 1.570.946,8 km², enquanto que o menor Estado da Região Norte é o Estado do Amapá com área de 142.815,8 km².

Conforme dados divulgados pelo IBGE, em 2000, a população total da região era de 12.900.704 habitantes. Já em no ano de 2007, a população alcançou a marca de 14.623.317 habitantes.

De acordo com os dados do censo de 2000, o Estado da Região Norte com a maior população era o Pará com 6.192.307 habitantes e o de menor população, o Estado de Roraima com população total de 324.397 habitantes. Em 2007, a ordem de maior e menor quantitativo populacional permaneceu a mesma, com o Estado do Pará com 7.065.573 habitantes e Roraima com 395.725.

O PIB a Preço de Mercado Corrente da Região Norte no ano de 2000 era de R\$ 51,7 bilhões, gerando um PIB *per capita* de R\$ 3.951,12, bem abaixo do PIB *per capita* brasileiro daquele ano, que era de R\$ 5.641,13. Já no ano de 2007 o PIB alcançou a marca de R\$ 133,6 bilhões, perfazendo um PIB *per capita* de R\$ 9.134,62, ainda assim, muito inferior ao PIB *per capita* nacional que era de R\$ 14.464,73.

O Estado com o maior PIB a Preço de Mercado Corrente da região no ano de 2000 foi o Estado do Pará com PIB de R\$ 19,1 bilhões, enquanto que o menor PIB foi registrado pelo Estado de Roraima com PIB de R\$ 1,8 bilhão de reais. No que se refere ao PIB *per capita*, observa-se que o Estado que possuía o maior valor era o Estado do Amazonas com R\$ 5.879,61, enquanto que o Estado do Pará era o que possuía o menor valor, com PIB *per capita* de R\$ 3.037,02. Em 2007, a ordem permaneceu a mesma, com o Pará registrando o maior PIB a Preço de Mercado Corrente da região com R\$ 49,5 bilhões e menor PIB *per capita* com R\$ 7.006,81, enquanto que Roraima registrou o menor PIB com R\$ 4,2 bilhões, e o Estado do Amazonas registrou o maior PIB *per capita* com R\$ 13.042,83.

3.1.2 O Estado do Pará

Com área de 1.247.702,7 km², o Estado do Pará é o segundo maior Estado do Brasil em termos de dimensão territorial, abrangendo 14,65% da dimensão territorial do país, perdendo somente para o Estado do Amazonas.

O Estado é composto por 143 municípios (ANEXO A), sendo o maior deles em extensão territorial, Altamira com 161.445,9 km², dimensão que também lhe confere o título de maior município do mundo. O menor é o Município de Marituba que possui 109,1 km².

Para melhor análise estatística, o IBGE dividiu o Estado em seis grandes regiões, chamadas de mesorregiões. E em 2008, de acordo com a PNDR, os municípios brasileiros foram classificados em: alta renda, dinâmica, estagnada e de baixa renda. Os 143 municípios paraenses estão distribuídos quantitativamente entre as mesorregiões e a PNDR conforme tabela apresentada abaixo.

Tabela 1 - Distribuição quantitativa dos 143 municípios paraenses conforme Mesorregião e PNDR

Mesorregião / PNDR	Alta Renda	Dinâmicas de Menor Renda	Estagnada de Média Renda	Baixa Renda	Total
Baixo Amazonas	0	1	4	9	14
Marajó	0	12	1	3	16
Metropolitana de Belém	1	4	3	3	11
Nordeste Paraense	0	12	9	28	49
Sudeste Paraense	1	23	14	1	39

Mesorregião / PNDR	Alta Renda	Dinâmicas de Menor Renda	Estagnada de Média Renda	Baixa Renda	Total
Sudoeste Paraense	0	7	5	2	14
Total	2	59	36	46	143

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IBGE e do Governo Federal

A população residente do Estado do Pará no ano de 2007 era de 7,1 milhões de habitantes, perfazendo uma densidade demográfica de 5,66 habitantes por km². Abaixo, a tabela demonstra o crescimento e a distribuição quantitativa da população por mesorregião paraense no decorrer dos anos de 1999 a 2007.

Tabela 2 - Quantitativo populacional por Mesorregião do Estado do Pará do ano de 1999 a 2007 (Nº de habitantes)

Mesorregião / Ano	Baixo Amazonas	Marajó	Metropolitana de Belém	Nordeste Paraense	Sudeste Paraense	Sudoeste Paraense	Total
1999	615.270	361.096	2.061.851	1.448.606	1.194.733	454.470	6.136.026
2000	643.362	383.181	2.115.124	1.490.063	1.211.446	429.485	6.272.661
2001	651.993	390.578	2.166.531	1.518.224	1.244.484	438.336	6.410.146
2002	660.711	398.054	2.218.491	1.546.684	1.277.872	447.282	6.549.094
2003	669.520	405.604	2.270.953	1.575.422	1.311.588	456.317	6.689.404
2004	679.611	414.257	2.331.064	1.608.350	1.350.231	466.668	6.850.181
2005	687.167	420.736	2.376.100	1.633.007	1.379.158	474.418	6.970.586
2006	695.950	428.264	2.428.391	1.661.660	1.412.777	483.423	7.110.465
2007	682.969	437.348	2.388.927	1.623.748	1.439.138	493.443	7.065.573

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IBGE

O município mais populoso é a capital Belém com população total no ano de 2007 de aproximadamente 1.408.847 habitantes, seguido pelos municípios de Ananindeua e Santarém, com população respectiva de 484.278 e 274.285 habitantes. Já os municípios menos populosos são Bannach, São João da Ponta e Sapucaia, com populações respectivas de 3.812, 4.715 e 5.117 habitantes.

No que se refere à densidade demográfica, o município com o maior índice no ano de 2007 é o de Ananindeua com 2.530,19 hab/km² (habitantes por quilômetro quadrado), seguido por Belém com 1.316,56 hab/km² e Marituba com 856,24 hab/km². O menor índice de densidade demográfica pertence ao Município de Almeirim, com 0,42 hab/km², seguido por Oriximiná e Novo Progresso, com densidades de 0,51 hab/km² e 0,56 hab/km², respectivamente.

Pela tabela abaixo, pode-se verificar os valores referentes ao PIB a Preço de Mercado Corrente do Estado do Pará bem como o PIB *per capita* do Estado e da Região Norte ao longo dos anos de 1999 a 2007. Com base na tabela, constata-se que o PIB *per capita* do Pará sempre esteve abaixo da média registrada pelos Estados da região para o período considerado.

Tabela 3 - PIB a preço de mercado e PIB *per capita* do Estado do Pará do ano de 1999 ao ano de 2007

Ano	Estado do Pará		Região Norte
	PIB (R\$ Mil)	PIB per capita (R\$)	PIB per capita (R\$)
1999	16.503.978,55	2.689,69	3.478,10
2000	19.050.189,10	3.037,02	3.951,12
2001	22.321.458,63	3.482,21	4.407,20
2002	25.659.110,88	3.917,96	5.049,89
2003	29.754.564,63	4.448,01	5.779,65
2004	35.562.845,86	5.191,52	6.679,93
2005	39.121.138,17	5.612,32	7.241,49
2006	44.369.675,08	6.240,05	7.987,81
2007	49.507.143,97	7.006,81	9.134,62

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IBGE

Examinando-se o Valor Adicionado Bruto da Agropecuária a preços atualizados pelo IGP-DI⁶, pode-se observar que a mesorregião Sudeste Paraense apresenta os maiores PIBs Agropecuários no período considerado, enquanto que a Metropolitana de Belém apresenta os menores valores.

Tabela 4 - Comparativo entre os PIBs Municipais por Mesorregião do Estado do Pará – Valor Adicionado Bruto da Agropecuária – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Mesorregião / Ano	Baixo Amazonas	Marajó	Metropolitana de Belém	Nordeste Paraense	Sudeste Paraense	Sudoeste Paraense	Total
1999	476.171	293.814	150.833	1.028.719	1.833.178	376.067	4.158.781
2000	458.842	290.647	137.710	1.011.072	1.842.539	352.532	4.093.343
2001	545.499	319.359	155.819	1.134.962	1.908.358	415.060	4.479.057
2002	541.016	286.679	146.710	1.020.551	1.906.087	432.530	4.333.574
2003	628.557	247.728	173.855	977.663	1.941.047	417.822	4.386.673
2004	520.698	176.568	133.462	759.753	1.642.658	381.886	3.615.024
2005	483.519	185.734	163.335	834.749	1.781.631	408.195	3.857.162
2006	549.434	202.096	205.259	997.944	1.898.855	458.736	4.312.325

⁶ O IGP-DI, Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia – IBRE da Fundação Getúlio Vargas – FVG, mede a inflação nacional a partir da junção de outros três índices de inflação: o Índice de Preço por Atacado - Disponibilidade Interna – IPA-DI, o Índice de Preço ao Consumidor – Brasil – IPC-BR e o Índice Nacional de Custo da Construção – INCC-DI, e se mostra como um dos mais importantes índices de atualização monetária.

Mesorregião / Ano	Baixo Amazonas	Marajó	Metropolitana de Belém	Nordeste Paraense	Sudeste Paraense	Sudoeste Paraense	Total
2007	513.497	192.457	183.728	1.049.496	1.739.760	471.278	4.150.215
Total	4.717.234	2.195.084	1.450.711	8.814.908	16.494.113	3.714.105	37.386.154
%	12,62	5,87	3,88	23,58	44,12	9,93	100,00

Nota: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A

Ao analisar o Valor Adicionado Bruto da Indústria, constata-se novamente que a mesorregião Sudeste Paraense apresenta os maiores PIBs Industriais no período, enquanto que desta vez, é a mesorregião Marajó que apresenta os menores valores.

Tabela 5 - Comparativo entre os PIBs Municipais por Mesorregião do Estado do Pará – Valor Adicionado Bruto da Indústria – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Mesorregião / Ano	Baixo Amazonas	Marajó	Metropolitana de Belém	Nordeste Paraense	Sudeste Paraense	Sudoeste Paraense	Total
1999	986.352	90.694	4.426.295	534.925	2.834.895	132.675	9.005.836
2000	1.165.237	92.047	4.611.961	450.197	3.754.532	114.839	10.188.813
2001	1.136.057	155.269	4.804.080	587.192	4.429.329	183.909	11.295.837
2002	1.113.960	139.581	4.376.006	517.563	4.082.481	158.982	10.388.574
2003	1.146.493	141.842	5.006.077	591.501	4.501.191	184.668	11.571.770
2004	1.237.301	166.161	5.284.693	655.259	5.800.141	225.924	13.369.479
2005	1.215.243	162.517	5.357.617	695.386	6.597.319	261.766	14.289.848
2006	969.991	160.561	5.984.418	700.883	7.534.973	279.175	15.630.003
2007	920.371	170.064	5.623.481	693.707	7.296.240	329.413	15.033.277
Total	9.891.005	1.278.738	45.474.627	5.426.613	46.831.101	1.871.352	110.773.437
%	8,93	1,15	41,05	4,90	42,28	1,69	100,00

Nota: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A

Quanto ao Valor Adicionado Bruto dos Serviços, pode-se verificar que a mesorregião Metropolitana de Belém apresenta os maiores PIBs Serviços, e que a mesorregião Marajó que apresenta os menores valores no período.

Tabela 6 - Comparativo entre os PIBs Municipais por Mesorregião do Estado do Pará – Valor Adicionado Bruto dos Serviços – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Mesorregião / Ano	Baixo Amazonas	Marajó	Metropolitana de Belém	Nordeste Paraense	Sudeste Paraense	Sudoeste Paraense	Total
1999	1.675.857	587.330	11.990.781	2.708.089	3.801.102	988.417	21.751.575
2000	1.609.281	588.639	12.694.382	2.609.564	3.802.361	904.596	22.208.822
2001	1.806.700	639.279	12.220.262	2.756.776	4.153.886	980.771	22.557.673
2002	1.636.804	590.374	10.694.169	2.510.716	3.560.153	924.905	19.917.121
2003	1.777.080	616.913	11.108.050	2.648.233	4.015.010	1.035.965	21.201.252
2004	1.932.484	629.426	12.254.195	2.683.653	4.406.117	1.086.224	22.992.099
2005	2.035.283	690.453	13.056.296	2.955.458	5.054.682	1.141.828	24.934.000

Mesorregião / Ano	Baixo Amazonas	Marajó	Metropolitana de Belém	Nordeste Paraense	Sudeste Paraense	Sudoeste Paraense	Total
2006	2.133.062	727.441	14.168.530	3.182.607	5.510.292	1.216.358	26.938.290
2007	2.268.239	807.449	15.104.149	3.493.140	6.271.117	1.377.104	29.321.197
Total	16.874.789	5.877.304	113.290.814	25.548.235	40.574.720	9.656.168	211.822.029
%	7,97	2,77	53,48	12,06	19,16	4,56	100,00

Nota: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A

Analisando o Produto Interno Bruto dos municípios, por mesorregião, verifica-se, como já era de esperar com base nas tabelas apresentadas acima, que a mesorregião Metropolitana de Belém apresenta os maiores PIBs municipais, e a mesorregião Marajó apresenta os menores valores no período de 1999 a 2007.

Tabela 7 - Comparativo entre os PIBs Municipais por Mesorregião do Estado do Pará – Produto Interno Bruto Municipais – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Mesorregião / Ano	Baixo Amazonas	Marajó	Metropolitana de Belém	Nordeste Paraense	Sudeste Paraense	Sudoeste Paraense	Total
1999	3.319.466	995.581	18.590.893	4.419.320	8.873.107	1.564.292	37.762.660
2000	3.419.913	990.060	19.916.579	4.180.835	9.770.071	1.418.376	39.695.833
2001	3.730.191	1.143.644	19.928.680	4.627.855	11.049.271	1.652.260	42.131.900
2002	3.566.156	1.047.878	17.841.274	4.203.875	10.058.016	1.595.820	38.313.019
2003	3.864.813	1.038.920	19.058.880	4.394.973	11.158.723	1.745.841	41.262.150
2004	3.965.298	1.002.776	20.367.526	4.274.211	12.570.205	1.799.536	43.979.552
2005	4.037.222	1.071.988	21.803.784	4.681.477	14.274.679	1.925.603	47.794.753
2006	3.983.890	1.125.610	24.006.586	5.099.574	15.930.894	2.079.400	52.225.954
2007	4.027.366	1.209.369	24.574.223	5.460.336	16.420.019	2.319.093	54.010.405
Total	33.914.314	9.625.826	186.088.424	41.342.456	110.104.985	16.100.221	397.176.227
%	8,54	2,42	46,85	10,41	27,72	4,05	100,00

Nota: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A

No que diz respeito ao PIB *per capita* dos municípios por mesorregião, observa-se que no período de 1999 a 2007 a mesorregião Sudeste Paraense e Metropolitana de Belém são as mesorregiões com os maiores valores, com R\$ 9.232,76 e R\$ 9.128,01, respectivamente. O valor apresentado pela mesorregião Sudeste é 248,8% superior à média registrada pela mesorregião de Marajó, que apresenta o menor PIB *per capita*.

Tabela 8 - Comparativo entre os PIBs *per capita* Municipais por Mesorregião do Estado do Pará – Valores Atualizados* (R\$ 1)

Mesorregião / Ano	Baixo Amazonas	Marajó	Metropolitana de Belém	Nordeste Paraense	Sudeste Paraense	Sudoeste Paraense	Média
1999	5.395,14	2.757,11	9.016,60	3.050,74	7.426,85	3.442,01	5.181,41
2000	5.315,69	2.583,79	9.416,27	2.805,81	8.064,80	3.302,50	5.248,14

Mesorregião / Ano	Baixo Amazonas	Marajó	Metropolitana de Belém	Nordeste Paraense	Sudeste Paraense	Sudoeste Paraense	Média
2001	5.721,21	2.928,08	9.198,43	3.048,20	8.878,60	3.769,39	5.590,65
2002	5.397,45	2.632,50	8.042,08	2.717,99	7.870,91	3.567,82	5.038,12
2003	5.772,51	2.561,41	8.392,46	2.789,71	8.507,80	3.825,94	5.308,31
2004	5.834,66	2.420,66	8.737,44	2.657,51	9.309,67	3.856,14	5.469,35
2005	5.875,17	2.547,89	9.176,29	2.866,78	10.350,29	4.058,87	5.812,55
2006	5.724,39	2.628,31	9.885,80	3.068,96	11.276,30	4.301,41	6.147,53
2007	5.896,85	2.765,23	10.286,72	3.362,80	11.409,62	4.699,82	6.403,51
Média	5.659,23	2.647,22	9.128,01	2.929,83	9.232,76	3.869,32	5.577,73

Nota: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A

Encontra-se anexado a este (ANEXO B), a classificação dos 15 municípios com as maiores somas dos PIBs no período 1999-2007 e as médias dos PIBs *per capita* a preços atualizados, bem como os 15 municípios com os menores valores.

3.2 Os Fundos Constitucionais de Financiamento

3.2.1 As Origens e o Desempenho dos Fundos Constitucionais

Os Fundos Constitucionais de Financiamento – criados pelo disposto na Constituição Federal de 1988, no art. 159, inciso I, alínea c, e regulamentados pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 – têm como intenção a promoção o desenvolvimento econômico e social das regiões menos desenvolvidas do país tais como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste brasileiro.

Por meio de financiamento aos setores produtivos dessas regiões, os Fundos Constitucionais de Financiamento buscam: o aumento na produtividade dos empreendimentos beneficiados, a geração de novos postos de trabalhos na economia, a elevação da arrecadação tributária e a melhoria na distribuição de renda, além de outras diretrizes.

Para atuar na Região Norte do país a lei criou o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, para a Região Nordeste, o Fundo Constitucional de

Financiamento do Nordeste – FNE e para a Região Centro-Oeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, cabendo a administração dos recursos desses fundos ao Banco da Amazônia S.A – BASA, ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB e ao Banco do Brasil S.A. – BB, respectivamente.

Os fundos possuem como fonte de recursos 3% (três por cento) do produto da arrecadação dos Impostos sobre Renda – IR e proventos de qualquer natureza e sobre Produtos Industrializados – IPI, os retornos e resultados de suas aplicações, além de outros previstos em lei. Destes, 0,6% são destinados ao FNO, 0,6% ao FCO e os 1,8% restantes ao FNE.

Podem ser beneficiários dos recursos dos fundos os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, além das associações e cooperativas de produção, que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turístico, comercial e de serviços.

Os fundos constitucionais possuem o seguinte ciclo de funcionamento: parte dos recursos arrecadados através do imposto de renda e sobre produtos industrializados, conforme percentual definidos acima, são repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional aos bancos que efetuam as operações de empréstimos (BASA, BNB e BB). Com a geração de emprego e renda e a produção de bens e serviços ocorre nova arrecadação de IR e IPI, além do retorno proveniente das operações de empréstimo, e dos juros da SELIC (Sistema Especializado de Liquidação e de Custódia) dos valores não financiados.

Observa-se, pela tabela abaixo, o constante aumento dos valores repassados pelo Tesouro Nacional aos fundos constitucionais desde o ano de 1989 ao ano de 2008 e as respectivas contratações pelos fundos ao longo desses anos. Conforme os dados apresentados, desde o ano de 2003, os valores totais aplicados pelos bancos são maiores que os valores repassados pelo Tesouro.

Tabela 9 - Comparativo de Repasses Anuais da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Contratações dos Fundos Constitucionais de Financiamento – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Fundo	FCO		FNO		FNE		Total		
	Ano	Repasses	Contratações	Repasses	Contratações	Repasses	Contratações	Repasses	Contratações
1989/1993		1.735.391	1.391.001	1.735.391	828.624	5.206.197	5.148.563	8.676.979	7.368.188
1994		410.100	348.476	410.100	555.352	1.230.303	999.137	2.050.503	1.902.965

Fundo	FCO		FNO		FNE		Total	
	Repasses	Contratações	Repasses	Contratações	Repasses	Contratações	Repasses	Contratações
1995	421.306	211.252	421.306	390.826	1.263.911	1.094.521	2.106.523	1.696.599
1996	395.869	267.088	395.869	224.122	1.187.614	1.371.619	1.979.352	1.862.829
1997	408.555	366.114	408.555	83.334	1.225.684	952.356	2.042.794	1.401.804
1998	415.379	452.995	415.379	218.075	1.246.129	994.536	2.076.887	1.665.606
1999	428.002	206.380	428.002	537.516	1.284.000	788.462	2.140.004	1.532.358
2000	477.366	349.544	477.366	851.164	1.432.112	694.889	2.386.844	1.895.597
2001	576.788	1.169.683	576.788	544.673	1.730.361	363.819	2.883.937	2.078.175
2002	663.205	1.678.975	663.205	706.314	1.989.614	297.006	3.316.024	2.682.295
2003	672.061	1.039.758	670.437	1.201.437	2.011.869	1.134.962	3.354.367	3.376.157
2004	760.599	1.278.868	760.599	1.442.315	2.281.792	3.499.924	3.802.990	6.221.107
2005	893.108	1.565.033	893.108	1.039.874	2.679.321	4.442.833	4.465.537	7.047.740
2006	964.409	1.503.538	964.409	1.024.467	2.893.225	4.776.331	4.822.043	7.304.336
2007	1.096.372	2.017.371	1.096.372	1.133.968	3.289.208	4.343.043	5.481.952	7.494.382
2008	1.324.391	3.500.283	1.324.391	2.073.116	3.973.514	7.743.408	6.622.296	13.316.807
Total	11.642.901	17.346.359	11.641.277	12.855.177	34.924.854	38.645.409	58.209.032	68.846.945

Nota: * Valores atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Integração Nacional

Cabe aqui a observação de que, conforme exposto acima, apesar do FCO e do FNO terem as mesmas taxas de repasses do produto total arrecadado em função do IR e do IPI, 0,6%, nos meses de março e abril do ano de 2003 o FNO teve os repasses efetivados pela Secretaria do Tesouro Nacional somente em maio daquele ano fazendo com que os valores repassados ao serem atualizados sejam inferiores ao FCO, apesar de que em termos nominais os valores são os mesmos.

Dentre os fundos constitucionais, o FNO foi o que apresentou o menor montante de aplicação desde sua origem até o ano de 2008, conforme pode ser evidenciado pelo gráfico abaixo, com contratações 25,9% inferior ao FCO, apesar de ambos os recursos terem obtido praticamente os mesmos valores de transferência do Tesouro Nacional.

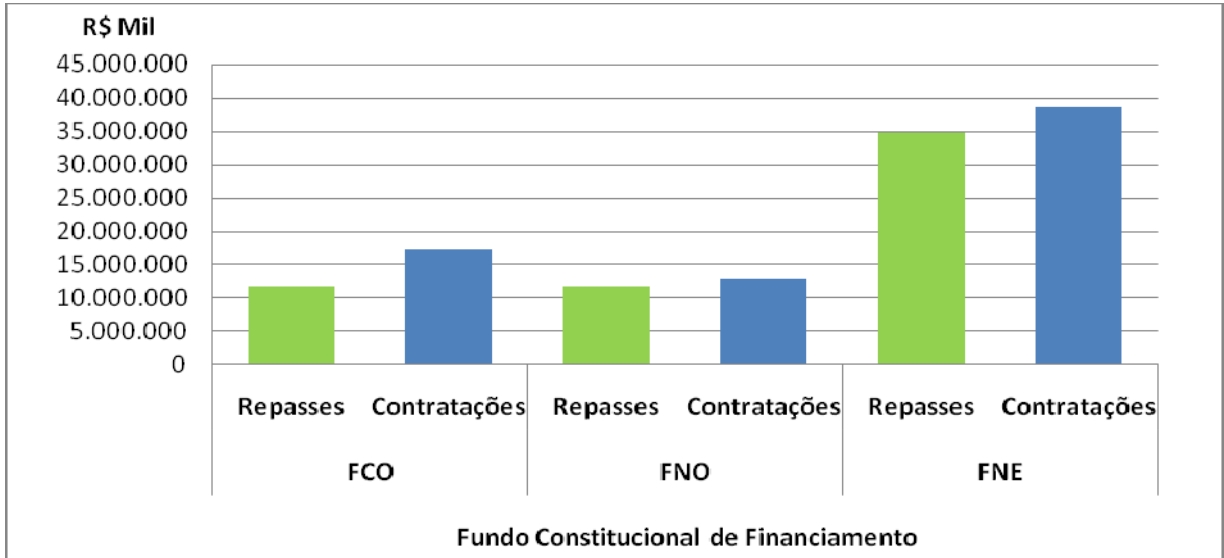


Figura 1 - Comparativo entre os repasses do Tesouro Nacional e as aplicações dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento de 1989 ao ano de 2008*

Nota: * Valores atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Integração Nacional

3.2.2 O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

O FNO atua em todos os sete Estados da Região Norte, a saber: Acre (AC), Amazonas (AM), Amapá (AP), Pará (PA), Roraima (RR), Rondônia (RO), e Tocantins (TO), sendo os seus recursos administrados pelo Banco da Amazônia S.A., instituição financeira pública federal, constituída sob a forma de sociedade anônima aberta, de economia mista, criada com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da região.

O gráfico abaixo ilustra o comparativo entre os repasses de recursos pelo Tesouro Nacional, por meio do Ministério da Integração Nacional, ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e as contratações efetivadas pelo órgão administrador, o Banco da Amazônia, ao longo dos anos de 1989 ao ano de 2008.

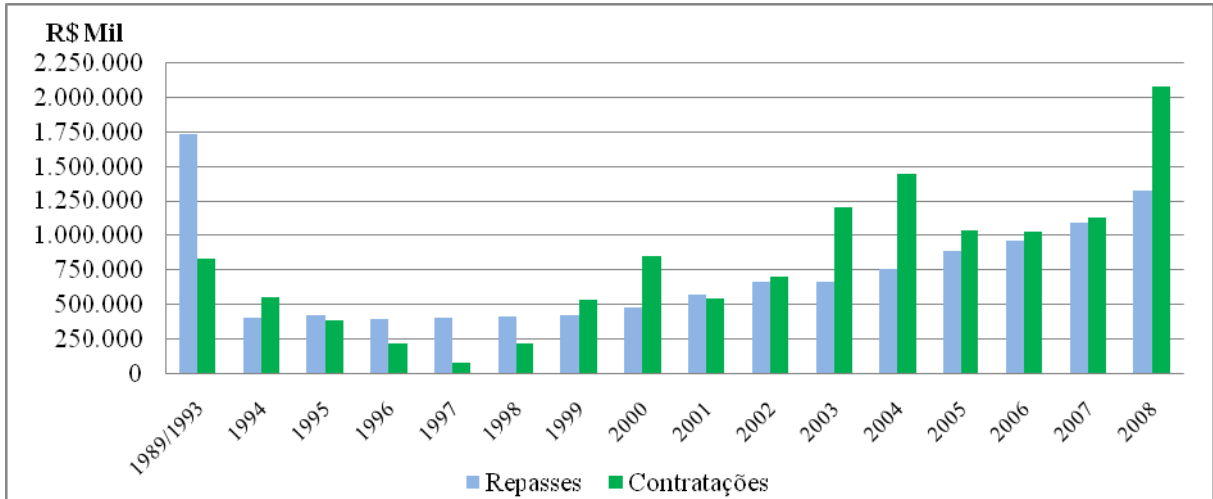


Figura 2 - Comparativo entre os repasses do Tesouro Nacional e as aplicações dos recursos do FNO*

Nota: * Valores atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Integração Nacional

Evidencia-se, pela figura acima, que a partir de 1998 os valores repassados pelo Tesouro Nacional sofreram aumentos sucessivos a cada ano, e a partir de 1997, os valores contratados, fato este decorrente de um aquecimento da economia e a conseqüente arrecadação maior de imposto de renda e sobre produtos industrializados.

Verifica-se também que o volume de aplicações tem sido maior que o de repasses a partir de 1999, exceto no ano de 2001, cuja aplicação foi menor que o repasse. Aplicações maiores que os repasses se torna possível por conta dos reembolsos dos empréstimos, das receitas de juros auferidos por conta das contratações, e de remuneração à taxa de juros SELIC para os recursos não contratados, especialmente nos anos anteriores a 1999, e, portanto, ociosos, fazendo com que o patrimônio líquido do fundo aumente a cada ano.

Os valores a serem contratados a cada Estado são definidos na proposta de Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte que é organizado e coordenado pelo Banco da Amazônia, cuja finalidade é orientar sua atuação na obtenção da máxima eficiência na alocação dos recursos, e assim, promover a diretriz maior do FNO que é o de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte.

Ao detalhar os recursos financeiros aplicados por Unidade da Federação, observa-se que dentre os Estados atendidos pelo FNO, o Estado do Pará é o que obteve o maior montante de valor em contratação com 43,6% do total, ficando com a segunda maior

aplicação o Estado do Tocantins com 22,7%, enquanto que a menor montante aplicado foi ao Amapá com somente 1,2%, conforme tabela apresentada abaixo.

Tabela 10 - Comparativo entre as Contratações do FNO por Unidade Federativa – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Ano / UF	AC	AP	AM	PA	RO	RR	TO	Total
1989/1993	22.804	47.299	58.370	403.990	99.362	43.016	153.783	828.624
1994	10.219	12.550	33.042	291.337	77.031	17.935	113.238	555.352
1995	7.035	11.335	30.481	190.334	56.281	10.549	84.811	390.826
1996	20.685	7.913	29.650	100.230	28.461	14.278	22.905	224.122
1997	7.520	1.277	8.381	34.550	16.453	3.746	11.407	83.334
1998	9.817	5.145	9.884	129.579	42.841	68	20.741	218.075
1999	28.542	1.546	13.803	239.586	69.153	781	184.105	537.516
2000	33.678	6.517	45.059	383.704	130.244	8.061	243.901	851.164
2001	30.922	5.467	40.330	278.490	30.829	3.751	154.884	544.673
2002	37.280	7.280	50.657	378.766	77.055	6.775	148.501	706.314
2003	44.667	4.416	105.899	600.088	170.868	15.440	260.059	1.201.437
2004	51.220	7.387	181.975	575.715	248.117	30.712	347.189	1.442.315
2005	89.187	9.494	74.562	412.308	155.368	54.509	244.446	1.039.874
2006	45.357	6.096	201.435	380.033	164.251	33.038	194.257	1.024.467
2007	74.306	4.882	231.518	421.283	120.061	19.093	262.825	1.133.968
2008	96.491	20.315	385.562	778.870	281.539	33.161	477.178	2.073.116
Total	609.730	158.919	1.500.608	5.598.863	1.767.914	294.913	2.924.230	12.855.177
%	4,74	1,24	11,67	43,55	13,75	2,29	22,75	100,00

Nota: * Valores atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do Ministério da Integração Nacional

A figura abaixo demonstra o comportamento do volume de aplicações do FNO junto aos Estados da Região Norte, comprovando a informação da grande concentração de recursos aplicados no Estado do Pará.

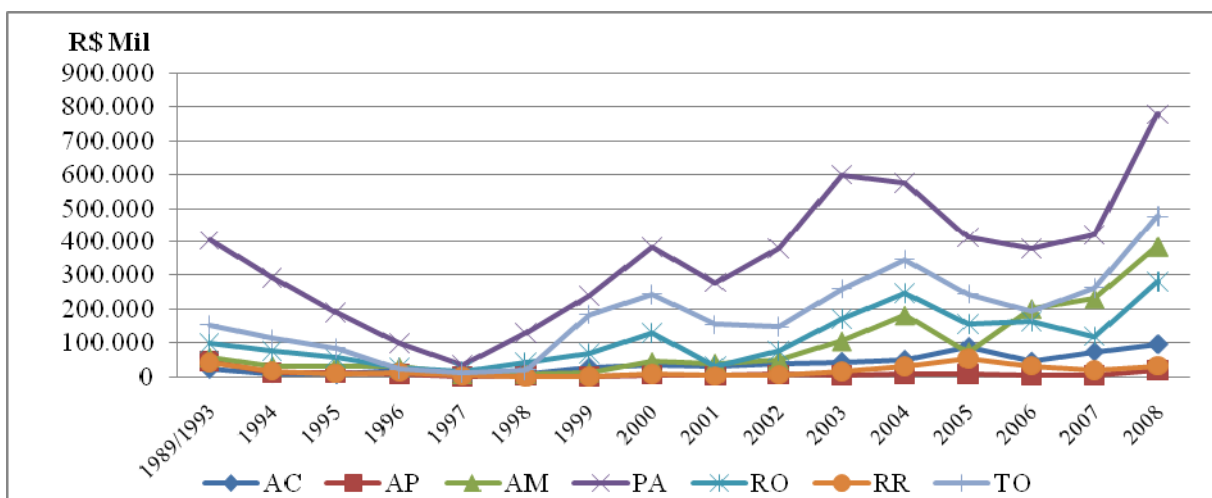


Figura 3 - Evolução das Contratações do FNO por Unidade Federativa (R\$ mil)*

Nota: * Valores atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Integração Nacional

3.2.3 A Distribuição dos Recursos do FNO no Estado do Pará

Com base nos dados fornecidos pelo Banco da Amazônia e apresentados nas tabelas abaixo, verifica-se que o quantitativo da distribuição dos recursos entre os municípios paraenses para o período de 1999 a 2007 não se apresenta de forma homogênea. Dentre as seis mesorregiões do Estado, duas são responsáveis por mais de 70% das contratações em cada setor de atividade econômica. Convém informar, porém, que o Banco da Amazônia apresenta em alguns de seus relatórios a classificação dos setores da atividade econômica entre FNO Rural e FNO industrial (ou FNO Não-Rural), incluindo neste último as atividades de comércio e serviço. De igual forma, assim será utilizado neste trabalho.

Pela tabela abaixo, é nítida a percepção de concentração das contratações dos recursos do setor rural entre as mesorregiões do Estado. As mesorregiões Sudeste e Nordeste Paraenses somaram 73,4% de todas as contratações. Cabe destacar que a Mesorregião Sudeste é responsável por mais da metade das contratações do Estado no setor rural.

Tabela 11 - Comparativo entre as Contratações do FNO por Mesorregião do Estado do Pará – Setor de Atividade Rural – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Mesorregião / Ano	Baixo Amazonas	Marajó	Metropolitana de Belém	Nordeste Paraense	Sudeste Paraense	Sudoeste Paraense	Total
1999	24.000	2.796	21.900	92.859	143.934	127.060	412.549
2000	34.546	4.812	10.576	94.462	250.461	63.926	458.783
2001	19.329	1.671	16.874	46.840	151.113	42.045	277.871
2002	19.589	1.761	11.564	45.101	125.081	13.824	216.920
2003	30.173	1.131	31.324	65.126	198.975	33.687	360.416
2004	36.588	3.628	8.592	71.966	220.166	37.746	378.686
2005	15.689	984	10.595	46.247	138.703	26.904	239.122
2006	23.115	3.711	4.299	38.260	178.727	42.652	290.765
2007	16.990	4.098	3.913	51.781	206.809	34.899	318.490
Total	220.020	24.593	119.637	552.642	1.613.968	422.743	2.953.603
%	7,45	0,83	4,05	18,71	54,64	14,31	100,00

Nota: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A

Grande concentração de contratações dos recursos do FNO também é encontrada no setor de atividade industrial. A mesorregião Sudeste Paraense figura novamente entre as duas mesorregiões com as maiores captações de recursos, desta vez ao lado da mesorregião Metropolitana de Belém, onde, juntas, foram responsáveis por 90,8% de todas as contratações

do Estado. Somente a mesorregião Metropolitana de Belém captou 57,3% do total das contratações do FNO entre o setor de atividade industrial, conforme tabela abaixo.

Tabela 12 - Comparativo entre as Contratações do FNO por Mesorregião do Estado do Pará – Setor de Atividade Industrial* – Valores Atualizados** (R\$ mil)

Mesorregião / Ano	Baixo Amazonas	Marajó	Metropolitana de Belém	Nordeste Paraense	Sudeste Paraense	Sudoeste Paraense	Total
1999	5.987	0	46.412	2.728	28.666	9.694	93.486
2000	8.754	5.517	75.180	9.978	72.858	2.932	175.219
2001	5.620	422	59.948	1.715	87.020	1.332	156.057
2002	4.902	899	197.717	8.439	48.712	1.970	262.639
2003	34.989	0	247.286	1.605	89.710	2.016	375.606
2004	1.687	168	162.095	1.506	87.672	3.299	256.427
2005	9.300	0	105.718	22.191	87.576	1.742	226.526
2006	1.833	515	48.279	5.856	48.279	397	105.159
2007	1.520	0	74.988	3.936	43.884	629	124.957
Total	74.591	7.520	1.017.624	57.953	594.378	24.010	1.776.076
%	4,20	0,42	57,30	3,26	33,47	1,35	100,00

Nota: * Neste, incluso também as contratações do setor de comércio e serviços / ** Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A

Observando-se o quantitativo total de recursos contratados pelo FNO entre as mesorregiões do Estado paraense, pode-se verificar, com base na tabela 7, e como já era de se esperar, que as mesorregiões Metropolitana de Belém e Sudeste Paraense foram responsáveis pela captação de 24,1% e 46,7%, respectivamente, de todos os recursos contratados pelo FNO. Juntas, essas duas mesorregiões captaram R\$ 3,3 bilhões de reais, ou seja, 70,74% do total de recursos contratados no Estado do Pará.

Tabela 13 - Comparativo entre as Contratações do FNO por Mesorregião do Estado do Pará – Todos os Setores de Atividade – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Mesorregião / Ano	Baixo Amazonas	Marajó	Metropolitana de Belém	Nordeste Paraense	Sudeste Paraense	Sudoeste Paraense	Total
1999	29.987	2.796	68.312	95.586	172.600	136.754	506.035
2000	43.300	10.329	85.756	104.440	323.319	66.858	634.002
2001	24.948	2.093	76.822	48.555	238.133	43.377	433.928
2002	24.492	2.660	209.281	53.540	173.793	15.794	479.559
2003	65.162	1.131	278.610	66.731	288.685	35.703	736.022
2004	38.274	3.796	170.687	73.472	307.838	41.045	635.113
2005	24.988	984	116.313	68.438	226.279	28.646	465.648
2006	24.948	4.226	52.579	44.116	227.006	43.049	395.924
2007	18.510	4.098	78.901	55.717	250.693	35.527	443.447
Total	294.610	32.113	1.137.261	610.595	2.208.346	446.753	4.729.679
%	6,23	0,68	24,05	12,91	46,69	9,45	100,00

Nota: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A

Encontra-se anexado a este (APÊNDICE C), a classificação dos 15 municípios com os maiores valores totais contratados entre 1999 a 2007 do setor rural, setor industrial e total geral, bem como os 15 municípios com os menores valores totais contratados.

4 RESULTADOS

4.1 Metodologia

Neste trabalho serão analisados os dados referentes às contratações do FNO junto aos 143 municípios paraenses no período de 1999 a 2007, bem como o PIB e PIB *per capita* desses municípios, o que perfaz 1.287 observações para cada item a ser analisado.

Apesar de serem apresentados no trabalho alguns dados relativos aos repasses e contratações dos fundos constitucionais – e entre eles o do FNO – desde o ano de 1989 ao ano de 2008, serão utilizados para fins de análise e obtenção de resultados quanto aos impactos sobre os PIBs e PIBs *per capita*, distribuição espacial e desenvolvimento dos municípios paraenses, somente os dados referentes aos anos de 1999 ao ano de 2007, em função de que somente para esses anos é que o IBGE tem disponibilizado a série histórica dos PIBs Municipais sem quebra na pesquisa ao longo desses nove anos.

Para a análise dos dados coletados quanto ao comportamento dos PIBs e PIBs *per capita* frente aos contratos do FNO, serão utilizados modelos econométricos com o emprego de estrutura de dados de painel, haja vista a presença de elementos de série temporal combinados com dados do tipo *cross-section*. Os dados do tipo *cross-section*, também denominados dados de corte, são um conjunto de observações de uma ou mais variáveis coletadas no mesmo ponto do tempo. Neste caso, são os valores observados pelos 143 municípios paraenses no mesmo ano, e os dados de série temporal são um conjunto de observações dos valores que uma variável assume em diferentes momentos, assim, são as observações efetuadas ao longo dos anos de 1999 a 2007.

Os modelos econométricos⁷ baseados em dados de painel são mais eficientes e permitem ao pesquisador uma análise mais sensata sobre os resultados obtidos, além de permitir analisar efeitos não captados pelo uso isolado de dados de série temporal ou mesmo de dados de corte.

⁷ Para maiores esclarecimentos, consultar Gujarati (2006) e Hill (2006).

Considere o seguinte modelo de regressão para dados de painel com k observações:

$$Y_{it} = \beta_1 + \beta_2 X_{2it} + \dots + \beta_k X_{kit} + \varepsilon_{it}$$

onde:

Y , é a variável explicada observável, também denominada de variável dependente;

X , é a variável explicativa observável, também denominada de variável independente;

$\beta_1, \beta_2, \dots, \beta_k$, são os coeficientes de regressão, também denominados de parâmetros da regressão. Serão os coeficientes desconhecidos a serem estimados, sendo que β_1 é o termo constante, também denominado intercepto, e β_2, \dots, β_k são os coeficientes associados à variável independente, também denominado coeficiente de inclinação;

ε , é o termo de perturbação aleatório não observável, também denominado erro aleatório;

i , é o índice de observação com $i = 1, 2, \dots, k$; onde k é a dimensão da amostra.

t , representa o tempo, e varia de 1 a T .

Com o objetivo de analisar a influência exercida pelos valores contratados do FNO ao PIB e PIB *per capita* dos municípios paraenses ao longo dos anos de 1999 a 2007, será utilizado neste estudo o seguinte modelo de estimação:

$$\ln(Y_{it}) = \beta_1 + \beta_2 \ln(X_{it}) + \beta_3 \ln(X_{it-1}) + \varepsilon_{it}$$

onde:

Y , a variável dependente, é o PIB ou PIB *per capita* municipal;

X , a variável independente, são os valores contratados do FNO junto aos municípios e o PIB;

β_1 , o termo constante, coeficiente a ser estimado;

β_2 e β_3 , coeficientes associados à variável independente, coeficientes a serem estimados;

ε , o erro aleatório;

i , o índice de observação, representa os municípios paraenses, com $i = 1, 2, 3, \dots, 143$;

t , o tempo, iniciando com 1 para 1999, 2 para 2000, 3 para 2001, e assim sucessivamente, até 9 para 2007;

$t - 1$, o tempo defasado. Os efeitos das variáveis explicativas sobre a variável dependente raramente é instantânea, ou seja, os efeitos se exercem com um lapso de tempo ou mesmo durante vários períodos de tempo posteriores ao instante t observado.

\ln , o log natural, isto é, log na base e . Aplicando \ln em ambos os lados da função, o modelo torna-se linear nos parâmetros (β_1 , β_2 e β_3), e nas variáveis, tornando o modelo uma regressão linear.

A hipótese de defasagem será incluída no modelo por conta de que os valores contratados do FNO junto aos municípios no instante $(t - 1)$ também produzem efeitos sobre o PIB no instante t . E, será aplicado o modelo log-linear, pois este apresenta uma relação percentual entre as variáveis, sendo conveniente para a análise das elasticidades. O método será o de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

Reescrevendo o modelo de estimação apresentado acima, tem-se:

$$\ln(\text{PIB}_{it}) = \beta_1 + \beta_2 \ln(\text{PIB}_{it-1}) + \beta_3 \ln(\text{FNO}_{it}) + \beta_4 \ln(\text{FNO}_{it-1}) + \varepsilon_{it}$$

Sendo o PIB o produto total da economia expresso pelo Produto Interno Bruto ou o PIB *per capita* dos municípios, FNO_{it} o valor das contratações do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte junto aos municípios e FNO_{it-1} os valores contratados defasados. Os valores de contratações do FNO, fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A., e o PIB e PIB *per capita* dos municípios, disponibilizados pelo IBGE, estão em valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008.

Para as estimativas da distribuição espacial dos recursos do FNO e dos impactos sobre a variação do PIB *per capita* e do IFDM dos municípios, serão utilizados Modelos Binários (Modelo *Probit Multinomial*). Pelo modelo estatístico de escolhas binária, a variável dependente assume valor 1, para resultados favoráveis a certos acontecimentos, e o valor 0, em caso contrário, ou seja, a sua não ocorrência. Essa variável dependente recebe o nome de variável “binária” ou variável “*dummy*”.

Considere, portanto, o seguinte modelo linear de probabilidade:

$$Y_i = X_i\beta + u_i, \text{ com } Y_i = 1, \text{ ou } Y_i = 0.$$

Para a análise da distribuição espacial das contratações do FNO por Mesorregião, por exemplo, a variável independente será o logaritmo do FNO, enquanto que a variável *dummy* tomará o valor 1, em caso de se tratar da mesorregião a ser estudada, e 0, caso contrário. Dessa forma:

$$Y_i = [\text{Log}(X)]_i\beta + u_i$$

onde:

$$Y_i = \begin{cases} 1, & \text{se for a mesorregião estudada} \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

X , são os valores contratados do FNO junto aos municípios;

i , são as mesorregiões paraenses, com $i = 1, 2, 3, 4, 5$ e 6 .

Com base no modelo descrito acima, pode-se analisar a distribuição do FNO em função da tipologia PNDR e da Mesorregião X tipologia PNDR, ficando alterados apenas os itens:

$$Y_i = \begin{cases} 1, & \text{se for a PNDR estudada} \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

i , são as tipologias pela PNDR dos municípios, com $i = 1, 2, 3$ e 4 .

ou,

$$Y_i = \begin{cases} 1, & \text{se for a Mesorregião/PNDR estudada} \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

i , são as Mesorregião/PNDR dos municípios, com $i = 1, 2, 3, \dots, 24$. Onde o i é igual a 1 se for a Mesorregião 1 e PNDR 1; 2, se for a Mesorregião 1 e PNDR 2; 3, se for a Mesorregião 1 e PNDR 3; 4, se for a Mesorregião 1 e PNDR 4; 5, se for a Mesorregião 2 e PNDR 1; e assim sucessivamente até 24, se for a Mesorregião 6 e PNDR 4.

Para a análise da distribuição espacial das contratações do FNO em função do PIB *per capita*, será encontrada a média registrada do PIB *per capita* no período 1999-2007, e lhe será atribuída as seguintes condições:

$$Y_i = \begin{cases} 1, & \text{se o PIB per capita do município apresentar a condição } i \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

i , com $i = 1, 2$ e 3 . Onde o i é igual a 1 se a média registrada do PIB *per capita* do município no período 1999-2007 estiver acima da mediana; 2, se estiver acima da média; e 3, se estiver acima do 1/3 superior.

Por sua vez, para analisar os impactos do FNO na variação dos PIB *per capita* dos municípios, será verificado o crescimento do valor observado no ano de 2007 em relação ao ano de 1999, e atribuindo as condições abaixo para a variável *dummy*.

$$Y_i = \begin{cases} 1, & \text{se a variação do PIB per capita apresentar a condição } i \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

i , com $i = 1, 2$ e 3 . Onde o i é igual a 1 se a variação do PIB *per capita* do município estiver acima da mediana; 2, se estiver acima da média; e 3, se estiver acima do 1/3 superior.

E, por fim, para a estimação dos coeficientes de Log(FNO) por Variação do IFDM, será obtida a taxa de crescimento do ano de 2006 em comparação ao ano de 2000, e lhe imputará as seguintes condições:

$$Y_i = \begin{cases} 1, & \text{se a variação do índice IFDM apresentar a condição } i \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

i , com $i = 1, 2$ e 3 . Onde o i é igual a 1 se a variação do IFDM registrado pelo município estiver acima da mediana; 2, se estiver acima da média; e 3, se estiver acima do 1/3 superior.

4.2 Resultados Observados

A partir da base de dados apresentados anteriormente e, com base no modelo econométrico proposto, chegou-se aos resultados apresentados na tabela 14 – valores obtidos através do auxílio de software econométrico, neste caso, o EViews – quanto ao comportamento do PIB e PIB *per capita* dos municípios paraenses ao longo dos anos de 1999 a 2007 em função das contratações dos recursos do FNO.

Observa-se, pelo modelos econométricos de 1A a 4C, que tanto o FNO quanto o FNO defasado apresentam uma relação estatisticamente significativa para com o PIB e PIB *per capita* dos municípios, alguns a 99% de confiança, a 95%, e outros a 90% de confiança, e que essas variáveis possuem relação direta, dado o sinal positivo dos coeficientes.

Ao analisar o tipo de empréstimo do FNO – se Rural ou Industrial – que possui maior poder de explicação para o comportamento do PIB e PIB *per capita*, com base no coeficiente de determinação da regressão (R^2), verifica-se, conforme modelos econométricos de 5A a 8C, que o modelo mais ajustado é o modelo que possui como variável independente o FNO industrial com R^2 igual a 0,99 e 0,97 para o PIB e PIB *per capita*, respectivamente, enquanto que o modelo para o FNO Rural teve R^2 igual a 0,98 e 0,93.

Tabela 14 - Resultados obtidos para as variáveis PIB e FNO

Modelo Econométrico* [Y = f(β_i), com i = 1, 2, 3]	c	β_1	β_2	β_3	R ²	R ² ajustado	Observações
1A: PIB = f(PIB(-1), FNO)	0.030332	0.996319+	0.005650++	-	0.988268	0.988244	985
1B: PIB = f(PIB(-1), FNO(-1))	0.055915	0.990548+	-	0.011489+	0.988304	0.988280	982
1C: PIB = f(PIB(-1), FNO, FNO(-1))	0.051760	0.990584+	0.002983	0.008749+	0.988027	0.987987	903
2A: PIB = f(PIB(-1), FNO pc)	0.020948	1.000314+	0.003856	-	0.988244	0.988220	985
2B: PIB = f(PIB(-1), FNO pc(-1))	0.036520	0.998263+	-	0.009970+	0.988264	0.988240	982
2C: PIB = f(PIB(-1), FNO pc, FNO pc(-1))	0.033561	0.998577+	0.000878	0.008315++	0.987984	0.987944	903
3A: PIB pc = f(PIB pc(-1), FNO)	0.213795+	0.961713+	0.008818+	-	0.935036	0.934904	985
3B: PIB pc = f(PIB pc(-1), FNO(-1))	0.201912+	0.959941+	-	0.010857+	0.936883	0.936754	982
3C: PIB pc = f(PIB pc(-1), FNO, FNO(-1))	0.195381+	0.959793+	0.003259	0.008152++	0.936476	0.936264	903
4A: PIB pc = f(PIB pc(-1), FNO pc)	0.281402+	0.964859+	0.007982++	-	0.934845	0.934712	985
4B: PIB pc = f(PIB pc(-1), FNO pc(-1))	0.281795+	0.965260+	-	0.007472++	0.936355	0.936225	982
4C: PIB pc = f(PIB pc(-1), FNO pc, FNO pc(-1))	0.287553+	0.963645+	0.006912+++	0.002802	0.936133	0.935920	903
5A: PIB = f(PIB(-1), FNO ru)	0.006186	0.998197+	0.005000+++	-	0.988038	0.988013	971
5B: PIB = f(PIB(-1), FNO ru(-1))	0.015315	0.994428+	-	0.009347+	0.987950	0.987925	968
5C: PIB = f(PIB(-1), FNO ru, FNO ru(-1))	0.013914	0.994251+	0.003083	0.006602+++	0.987401	0.987358	885
6A: PIB pc = f(PIB pc(-1), FNO ru)	0.208436+	0.963832+	0.008098++	-	0.934089	0.933953	971
6B: PIB pc = f(PIB pc(-1), FNO ru(-1))	0.204539+	0.962264+	-	0.009409+	0.935548	0.935415	968
6C: PIB pc = f(PIB pc(-1), FNO ru, FNO ru(-1))	0.203009++	0.960939+	0.003712	0.006615	0.934167	0.933943	885
7A: PIB = f(PIB(-1), FNO ind)	-0.103524	1.001161+	0.008187+++	-	0.994689	0.994638	215
7B: PIB = f(PIB(-1), FNO ind(-1))	0.137557	0.991530+	-	0.005842	0.992851	0.992785	221
7C: PIB = f(PIB(-1), FNO ind, FNO ind(-1))	0.064533	0.985923+	0.011690	0.006149	0.994315	0.994174	125
8A: PIB pc = f(PIB pc(-1), FNO ind)	0.051603	0.977263+	0.010906++	-	0.972295	0.972033	215
8B: PIB pc = f(PIB pc(-1), FNO ind(-1))	0.134382	0.981069+	-	0.004191	0.968251	0.967960	221
8C: PIB pc = f(PIB pc(-1), FNO ind, FNO ind(-1))	0.224261+++	0.958880+	0.009792	0.000856	0.976380	0.975794	125
9A: PIB agro = f(PIB agro(-1), FNO ru)	0.715275+	0.951182+	0.008927+++	-	0.946673	0.946563	971
9B: PIB agro = f(PIB agro(-1), FNO ru(-1))	0.712694+	0.942252+	-	0.019859+	0.947713	0.947605	968
9C: PIB agro = f(PIB agro(-1), FNO ru, FNO ru(-1))	0.786220+	0.938394+	0.004826	0.014727+	0.943773	0.943582	885
10A: PIB ind/serv = f(PIB ind/serv(-1), FNO ind)	-0.021696	0.997264+	0.008238+++	-	0.994954	0.994906	215
10B: PIB ind/serv = f(PIB ind/serv(-1), FNO ind(-1))	0.200988+++	0.990253+	-	0.003302	0.992989	0.992924	221
10C: PIB ind/serv = f(PIB ind/serv(-1), FNO ind, FNO ind(-1))	0.101715	0.983591+	0.014690+++	0.003734	0.994831	0.994702	125

Notas: * Todas as variáveis (explicadas e explicativas) apresentadas na tabela estão em base log.

Legenda:

- + : estatisticamente significativa ao nível de 1%
- ++ : estatisticamente significativa ao nível de 5%
- +++ : estatisticamente significativa ao nível de 10%
- (-1) : indica a defasagem da variável

Fonte: Elaboração do autor

FNO ind : contratações do FNO junto ao setor industrial

FNO ru : contratações do FNO junto ao setor rural

PIB agro : PIB Agropecuário municipal

PIB ind : PIB Industrial municipal

PIB pc : PIB municipal per capita

O fato de o FNO Industrial exercer maior explicação para o comportamento do PIB e PIB *per capita* se dá principalmente por conta da forte relação entre a atividade industrial e o produto da economia. O crédito FNO Industrial contratado permite aos industriais que estes coloquem em práticas seus projetos inovadores fazendo a geração de riqueza ser maior ainda para os municípios, dado o próprio caráter gerador de emprego e renda conferido ao setor industrial.

Para endossar a análise acima, foram gerados resultados para se verificar a influência exercida pela modalidade do FNO contratado no respectivo PIB municipal do setor da atividade econômica. Os resultados demonstram, conforme pode ser observado pelos modelos de 9A a 10C constantes na tabela 14, e como já era de se esperar, que o modelo do FNO Industrial possui maior ajustamento sobre o PIB Industrial que o modelo do FNO Rural possui sobre o PIB Rural.

No que diz respeito à distribuição espacial dos recursos do FNO aos municípios paraenses ao longo dos anos de 1999 a 2007 em função das mesorregiões do Estado, pôde-se constatar, utilizando-se de análise pelo Modelo *Probit Multinomial*, que os municípios integrantes da mesorregião Metropolitana de Belém, Sudeste e Sudoeste Paraense são os municípios com maiores chances para os quais as contratações dos recursos do FNO tenham sido direcionados, conforme tabela apresentada abaixo.

Tabela 15 - Estimação dos coeficientes por Mesorregião pelo Modelo *Logit Multinomial*

Mesorregião	Log (FNO)
1. Baixo Amazonas	-0,048058
2. Marajó	-0,364124+
3. Metropolitana de Belém	0,126032+
4. Nordeste Paraense	-0,156495+
5. Sudeste Paraense	0,217514+
6. Sudoeste Paraense	0,119478+

Nota: + estatisticamente significante ao nível de 1%

Fonte: Elaboração do autor

A análise da distribuição espacial dos recursos do FNO em função da tipologia PNDR dos municípios revelou que municípios classificados como de Alta Renda e Estagnada de Média Renda são os municípios que obtiveram maiores chances de conseguir contratação dos recursos do FNO, conforme tabela 16. Para municípios classificados como de Dinâmicos, os dados não se mostraram estatisticamente significante.

Tabela 16 - Estimação dos coeficientes por PNDR pelo Modelo *Logit Multinomial*

PNDR	Log (FNO)
1. Alta Renda	0,372726+
2. Dinâmicas de Menor Renda	-0,015576
3. Estagnada de Média Renda	0,182869+
4. Baixa Renda	-0,193763

Nota: + estatisticamente significativa ao nível de 1%

Fonte: Elaboração do autor

Analisando as chances do direcionamento das contratações aos municípios em função da mesorregião e da tipologia PNDR dos municípios obtêm-se os resultados apresentados abaixo.

Tabela 17 - Estimação dos coeficientes de Log (FNO) por Mesorregião x PNDR pelo Modelo *Logit Multinomial*

Mesorregião / PNDR	Alta Renda	Dinâmicas de Menor Renda	Estagnada de Média Renda	Baixa Renda
Baixo Amazonas	-	-0,180929++	-0,005006	-0,038452
Marajó	-	-0,377880+	-0,177146++	-0,155787++
Metropolitana de Belém	1,145171+	0,069972	0,319599+	-0,175880+
Nordeste Paraense	-	-0,080837++	-0,006877	-0,162134+
Sudeste Paraense	0,092936	0,122565+	0,213239+	0,047636
Sudoeste Paraense	-	0,132953+	0,152382+	-0,114117+++

Notas: + estatisticamente significativa ao nível de 1% / ++ estatisticamente significativa ao nível de 5% / +++ estatisticamente significativa ao nível de 10%

Fonte: Elaboração do autor

Observa-se que os resultados apresentados na tabela 17 são condizentes com as informações repassadas nas tabelas 15 e 16, onde os municípios pertencentes às mesorregiões Metropolitana de Belém, Sudeste Paraense e Sudoeste Paraense, e que não tenham sido classificados como de Baixa Renda, possuem maiores chances de obterem contratação.

Analisando a distribuição dos recursos do FNO em função da média do PIB per capita, tem-se que os municípios com PIB *per capita* acima da mediana, média e 1/3 maiores valores médios registrados no Estado durante o período em análise, obtiveram maiores chances de obterem contratação dos recursos do FNO, conforme pode ser verificado abaixo:

Tabela 18 - Estimação dos coeficientes de Log (FNO) por PIB *per capita* médio do período pelo Modelo *Logit Multinomial*

PIB <i>per capita</i> (média)	Log (FNO)
1. Acima da mediana	0,449098+
2. Acima da média	0,488266+

PIB per capita (média)	Log (FNO)
3. Acima do 1/3 superior	0,509873+

Nota: + estatisticamente significativo ao nível de 1%

Fonte: Elaboração do autor

A informação acima evidencia novamente a inobservância das contratações dos recursos do FNO, tendo como base a busca pelo desenvolvimento com a diminuição das desigualdades sociais, haja vista o fato de que municípios com PIB *per capita* abaixo da média deveriam ser priorizados com as contratações dos recursos.

Quanto aos impactos ocasionados pelas contratações do FNO na variação dos PIBs *per capita* municipais observados no ano de 2007 em relação ao ano de 1999, pode-se constatar, conforme tabela abaixo, uma relação estatisticamente significativa e positiva entre os recursos do FNO e a variação do PIB *per capita*, fato este ocasionado principalmente em função do direcionamento dos recursos do FNO aos municípios com PIB *per capita* acima da mediana, média e 1/3 maiores valores médios registrados.

Tabela 19 - Estimação dos coeficientes de Log (FNO) por Variação do PIB *per capita* 2007/1999 pelo Modelo *Logit Multinomial*

Variação do PIB per capita	Log (FNO)
1. Acima da mediana	0,147012++
2. Acima da média	0,231344+
3. Acima do 1/3 superior	0,222197+

Nota: + estatisticamente significativo ao nível de 1% / ++ estatisticamente significativo ao nível de 5%

Fonte: Elaboração do autor

Na apreciação do impacto do FNO na variação do IFDM observado no ano de 2006 em relação ao ano de 2000, não se pode constatar uma relação estatisticamente significativa entre a contratação do fundo e a variação do índice, conforme tabela apresentada abaixo.

Tabela 20 - Estimação dos coeficientes de Log (FNO) por Variação do IFDM pelo Modelo *Logit Multinomial*

Variação do IFDM	Log (FNO)
1. Acima da mediana	0,055733
2. Acima da média	0,052265
3. Acima do 1/3 superior	-0,034643

Fonte: Elaboração do autor

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crédito, no decorrer da história econômica, tornou-se elemento indispensável ao desenvolvimento e sustentação das economias locais, regionais e mundial, porém, ainda há muito o que se fazer para se garantir que o desenvolvimento proporcionado por este ente monetário promover a redução da desigualdade de renda e a melhoria do bem-estar das pessoas, através de um crescimento igualitário e justo.

O crédito, no entanto, não deve ser visto e nem trabalhado como um benefício social. Ele deve cumprir com seu papel de estimulador da atividade econômica e gerador de emprego e renda. Ao final do ciclo da atividade produtiva, o empresário deve pagar pelo crédito outrora recebido, liquidando completamente sua dívida e ainda reter dividendos sobre a forma de lucro.

O setor bancário é fundamental nesse processo de desenvolvimento econômico via utilização do crédito. Ao conceder crédito as empresas e as famílias, os bancos suprem a carência de recursos próprios destas primeiras com o conseqüente aumento da oferta global, e promovem o aumento no consumo das famílias pelo lado da demanda global. O Banco da Amazônia, nesse sentido, apresenta papel fundamental no processo de desenvolvimento, especialmente enquanto gestor dos recursos do FNO.

Os recursos do FNO possuem significativa importância para o crescimento econômico dos municípios paraenses no período pesquisado, dado o comportamento do PIB e PIB *per capita* dos municípios paraenses terem se mostrado estatisticamente significativo e relação positiva em função das contratações dos recursos do FNO.

A distribuição dos recursos contratados entre os Municípios deste Estado, no entanto, não se apresentaram de maneira uniforme, havendo grandes disparidades entre as mesorregiões quanto ao valor total de contratações.

Ficou evidente também que municípios que deveriam ter prioridades no recebimento dos recursos – os classificados pela PNDR como Baixa Renda – apresentaram reduzidas chances estatísticas de obterem contratação dos recursos do FNO.

De igual forma à situação anterior, municípios que apresentaram a média do PIB *per capita* acima da média do PIB *per capita* de todos os municípios no período de 1999 a 2007, foram os municípios que obtiveram as maiores chances de conseguir a contratação, quando o processo deveria ser o inverso, ou seja, as maiores chances de obter as contratações deveriam ser aos municípios com PIB *per capita* abaixo da média.

Por conta disto, a variação do PIB *per capita* do ano de 2007 em comparação a 1999, apresentou significância estatística e relação positiva em comparação ao FNO, o que seria um bom resultado, demonstrando crescimento econômico e um provável desenvolvimento. Como os recursos não foram direcionados aos municípios com PIB *per capita* abaixo da média, a variação do PIB *per capita*, nesse caso, pode representar maior concentração de renda para municípios que já possuem PIB *per capita* acima da média.

Além do mais, os dados disponíveis não demonstraram significância estatística no que diz respeito à variação do índice IFDM dos municípios em função das contratações dos recursos do FNO, o que demonstra que, com base nos dados, não podemos afirmar ou refutar a idéia de que houve desenvolvimento para os municípios.

Em suma, com base nos modelos econométricos propostos, verifica-se, portanto:

- 1) Que o FNO influencia positivamente no comportamento do PIB e PIB *per capita* dos municípios;
- 2) Que os recursos do FNO não são direcionados de maneira igualitária às mesorregiões paraenses, e prioritariamente para os municípios classificados pela PNDR como de Baixa Renda e com menores PIB *per capita*; e,
- 3) Que impactos ocasionados pelas contratações do FNO na variação do PIB *per capita* se deram, sobretudo em função da contratação dos recursos para municípios com PIB *per capita* acima da média e que não se pode afirmar na existência de desenvolvimento econômico-social, usando o índice IFDM, para os municípios paraenses em função da contratação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

No entanto, tão importante quanto fazer o produto da economia crescer é fazer com que os resultados alcançados com base nesse crescimento seja distribuído de maneira equitativa entre todos, e que esse crescimento possa ser transformado de maneira sustentável em desenvolvimento econômico, social e ambiental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Mansueto Facundo; SILVA, Alexandre M. Ângelo da; RESENDE, Guilherme Mendes. **Uma Análise dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO)**. Texto para discussão no. 1206. Brasília: IPEA, agosto de 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1206.pdf>.

_____. **Ensaio de Economia Regional e Urbana: Cap. 11: Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste (FNE, FNO e FCO): uma descrição para o período recente**. Brasília: IPEA, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/livros/dirur/ensaios_de_economia_regional_e_urbana/Cap_11.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2009.

_____. Distribuição espacial dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. **Revista de Economia**, v. 33, n. 2 (ano 31), p. 115-137. UFPR, 2007. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/view/9966/6842>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

BANCO DA AMAZÔNIA. Disponível em: <www.bancodaamazonia.com.br>.

_____. **FNO Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**. Vários Anos.

_____. **FNO Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, PRESTAÇÃO DE CONTAS**. Vários Exercícios.

_____. **FNO Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, RELATÓRIO DE GESTÃO**. Vários Exercícios.

BITTENCOURT, Gilson Alceu; BUAINAIN, Antonio Márcio. **Abrindo A Caixa Preta: O financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/biblio/CaixaPreta.zip>>.

CASTRO, Lavinia Barros de. **Financiamento do Desenvolvimento: teoria, experiência coreana (1950-80) e reflexões comparativas ao caso brasileiro**. 2006. Tese (doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **Crédito e Desenvolvimento Regional: O Caso do Banco de Desenvolvimento do Estado Da Bahia**. 2004. Tese (doutorado) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em <www.firjan.org.br>.

FERREIRA, Mônica de Nazaré C.; MENDES, Fernando Antônio T. Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) sobre a agricultura paraense no período de 1900 a 1999. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41, 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 2003. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/download/ArtigoFNO1.pdf>>.

FERREIRA, Mônica de Nazaré Corrêa. Os Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) sobre o Setor Agrícola Paraense. Notas Técnicas. Setembro, 2002. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v.1, n. 1, jul./dez. 2005.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. Sao Paulo: Campus, 2006.

HILL, R. C.; GRIFFITHS, W. E.; JUDGE, G. G. **Econometria**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico: Uma Perspectiva Crítica**. Tradução José Ricardo Brandão Azevedo. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. Disponível em: <www.ibre.fgv.br>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

KALECKI, Michael. **Economias em desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Vértice, 1988.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Disponível em: <www.integracao.gov.br>.

_____. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília: SDR/MI, 2007.

OLIVEIRA, Héder Carlos de; DOMINGUES, Edson Paulo; LEMOS, Mauro Borges. **Desigualdade Regional e os Fundos Constitucionais de Financiamento no Brasil**. Belo

Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional / UFMG, 2005. Disponível em: <<http://www.caen.ufc.br/artigosselecionados/heldercarlos.pdf>>.

PAIVA, Régis Alfeu; CAVALCANTI, Francisco Carlos da Silveira. **O Fundo Constitucional do Norte-FNO no Estado do Acre: Recursos do Povo, Política de Estado, Benefícios da Elite**. Universidade Federal do Acre. Rio Branco - AC, 2008.

PIRES, Manoel Carlos de Castro. Crédito e Crescimento Econômico: Evidências para os Municípios Brasileiros. In: VIII ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL – ANPEC-SUL, 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre-RS, 2005.

ROMERO, João Prates. **Os Impactos do Crédito no Desenvolvimento Regional: uma análise dos diferentes tipos de banco que integram o Sistema Financeiro Brasileiro (2001-2006)**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/os_impactos_do_credito.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2009.

SANTANA, Antônio Cordeiro de. **O Fundo constitucional de financiamento do norte e o desenvolvimento da Amazônia**. Belém: M&S, 2002.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, Alexandre M. Ângelo da; RESENDE, Guilherme Mendes; NETO, Raul da M. Silveira. **Avaliação Econômica dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO)**. Texto para Discussão n°. 1207. Brasília: IPEA, agosto de 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1207.pdf>. Acesso em:

_____. **Eficácia do Gasto Público: Uma Avaliação do FNE, FNO e FCO**. Texto para Discussão n° 1259. Brasília: IPEA, janeiro de 2007. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1259.pdf>.

SOARES, Ricardo B.; SOUSA, J. M.; PEREIRA NETO, A. Avaliação de impacto do FNE no emprego, na massa salarial e no salário médio. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 1, p. 217-234, jan./mar. 2009.

STUDART, Rogério. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 1, (49), janeiro-março/1993. Disponível em: <www.rep.org.br/pdf/49-7.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TABELA 21

Tabela 21 – Relação dos 143 Municípios Paraenses com informações sobre: Mesorregião, População* de 2007, Área e Tipologia da PNDR

Item	Município	Mesorregião	População	Área (km ²)	PNDR
1	Abaetetuba	Nordeste Paraense	132.222	1.613,9	BR
2	Abel Figueiredo	Sudeste Paraense	6.592	616,9	DMR
3	Acará	Nordeste Paraense	47.923	4.363,6	BR
4	Afuá	Marajó	31.183	8.410,3	DMR
5	Água Azul do Norte	Sudeste Paraense	28.658	7.658,7	EMR
6	Alenquer	Baixo Amazonas	52.661	24.496,8	BR
7	Almeirim	Baixo Amazonas	30.903	73.287,8	EMR
8	Altamira	Sudoeste Paraense	92.105	161.445,9	DMR
9	Anajás	Marajó	24.942	7.022,2	DMR
10	Ananindeua	Metropolitana de Belém	484.278	191,4	EMR
11	Anapu	Sudoeste Paraense	17.787	11.951,7	DMR
12	Augusto Corrêa	Nordeste Paraense	37.086	889,2	BR
13	Aurora do Pará	Nordeste Paraense	21.239	1.824,0	BR
14	Aveiro	Sudoeste Paraense	18.830	17.157,9	BR
15	Bagre	Marajó	18.580	4.417,6	DMR
16	Baião	Nordeste Paraense	26.190	3.202,3	DMR
17	Bannach	Sudeste Paraense	3.812	2.969,3	EMR
18	Barcarena	Metropolitana de Belém	84.560	1.316,2	DMR
19	Belém	Metropolitana de Belém	1.408.847	1.070,1	AR
20	Belterra	Baixo Amazonas	12.707	2.640,6	BR
21	Benevides	Metropolitana de Belém	43.282	177,7	DMR
22	Bom Jesus do Tocantins	Sudeste Paraense	13.145	2.828,5	DMR
23	Bonito	Nordeste Paraense	11.279	564,8	BR
24	Bragança	Nordeste Paraense	101.728	2.344,1	EMR
25	Brasil Novo	Sudoeste Paraense	18.749	6.396,6	DMR
26	Brejo Grande do Araguaia	Sudeste Paraense	7.444	1.162,3	DMR
27	Breu Branco	Sudeste Paraense	47.069	3.989,0	DMR
28	Breves	Marajó	94.458	9.600,3	DMR
29	Bujaru	Metropolitana de Belém	22.535	999,0	BR
30	Cachoeira do Arari	Marajó	18.995	3.116,0	DMR
31	Cachoeira do Piriá	Nordeste Paraense	17.649	2.410,8	BR
32	Cametá	Nordeste Paraense	110.323	3.122,0	BR
33	Canaã dos Carajás	Sudeste Paraense	23.757	3.161,5	EMR
34	Capanema	Nordeste Paraense	61.350	613,4	EMR
35	Capitão Poço	Nordeste Paraense	50.839	2.727,0	BR
36	Castanhal	Metropolitana de Belém	152.126	1.029,4	EMR
37	Chaves	Marajó	19.368	13.143,9	DMR
38	Colares	Nordeste Paraense	10.981	612,5	DMR

Item	Município	Mesorregião	População	Área (km ²)	PNDR
39	Conceição do Araguaia	Sudeste Paraense	45.267	5.853,9	DMR
40	Concórdia do Pará	Nordeste Paraense	21.422	710,7	BR
41	Cumaru do Norte	Sudeste Paraense	10.452	17.156,7	EMR
42	Curionópolis	Sudeste Paraense	17.769	2.289,1	DMR
43	Curralinho	Marajó	25.388	3.620,2	DMR
44	Curuá	Baixo Amazonas	11.928	1.480,2	BR
45	Curuçá	Nordeste Paraense	33.768	676,3	EMR
46	Dom Eliseu	Sudeste Paraense	38.150	5.297,4	EMR
47	Eldorado dos Carajás	Sudeste Paraense	28.554	2.969,5	DMR
48	Faro	Baixo Amazonas	17.253	11.820,3	BR
49	Floresta do Araguaia	Sudeste Paraense	14.964	3.458,7	DMR
50	Garrafão do Norte	Nordeste Paraense	24.619	1.799,2	BR
51	Goianésia do Pará	Sudeste Paraense	27.166	6.958,8	DMR
52	Gurupá	Marajó	24.384	8.578,2	DMR
53	Igarapé-Açu	Nordeste Paraense	33.778	800,3	BR
54	Igarapé-Miri	Nordeste Paraense	54.673	2.009,7	BR
55	Inhangapi	Metropolitana de Belém	9.592	473,2	BR
56	Ipixuna do Pará	Nordeste Paraense	39.563	5.285,2	BR
57	Irituia	Nordeste Paraense	29.746	1.384,2	EMR
58	Itaituba	Sudoeste Paraense	118.194	62.380,8	EMR
59	Itupiranga	Sudeste Paraense	42.002	7.914,6	DMR
60	Jacareacanga	Sudoeste Paraense	37.073	53.531,5	EMR
61	Jacundá	Sudeste Paraense	51.511	2.014,8	DMR
62	Juruti	Baixo Amazonas	33.775	8.342,8	BR
63	Limoeiro do Ajuru	Nordeste Paraense	23.284	1.404,5	DMR
64	Mãe do Rio	Nordeste Paraense	27.614	471,1	DMR
65	Magalhães Barata	Nordeste Paraense	7.650	328,0	BR
66	Marabá	Sudeste Paraense	196.468	15.157,9	EMR
67	Maracanã	Nordeste Paraense	28.296	777,3	BR
68	Marapanim	Nordeste Paraense	26.651	799,2	BR
69	Marituba	Metropolitana de Belém	93.416	109,1	DMR
70	Medicilândia	Sudoeste Paraense	22.624	8.309,4	DMR
71	Melgaço	Marajó	17.845	6.804,6	DMR
72	Mocajuba	Nordeste Paraense	23.258	860,4	BR
73	Moju	Nordeste Paraense	63.821	9.724,3	DMR
74	Monte Alegre	Baixo Amazonas	61.350	20.066,3	BR
75	Muaná	Marajó	28.796	3.782,4	DMR
76	Nova Esperança do Piriá	Nordeste Paraense	22.447	2.889,7	BR
77	Nova Ipixuna	Sudeste Paraense	14.086	1.609,8	DMR
78	Nova Timboteua	Nordeste Paraense	12.103	492,1	BR
79	Novo Progresso	Sudoeste Paraense	21.598	38.322,0	EMR
80	Novo Repartimento	Sudeste Paraense	51.645	15.464,1	DMR
81	Óbidos	Baixo Amazonas	46.793	26.825,5	BR
82	Oeiras do Pará	Nordeste Paraense	25.420	3.931,8	DMR
83	Oriximiná	Baixo Amazonas	55.175	108.086,0	EMR
84	Ourém	Nordeste Paraense	15.152	602,5	BR
85	Ourilândia do Norte	Sudeste Paraense	20.415	13.884,8	EMR

Item	Município	Mesorregião	População	Área (km ²)	PNDR
86	Pacajá	Sudoeste Paraense	38.365	11.884,5	DMR
87	Palestina do Pará	Sudeste Paraense	7.156	988,2	DMR
88	Paragominas	Sudeste Paraense	90.819	19.395,6	EMR
89	Parauapebas	Sudeste Paraense	133.298	7.077,2	EMR
90	Pau D'Arco	Sudeste Paraense	6.466	1.678,6	BR
91	Peixe-Boi	Nordeste Paraense	7.679	452,3	BR
92	Piçarra	Sudeste Paraense	12.707	3.326,7	EMR
93	Placas	Baixo Amazonas	17.898	7.194,1	EMR
94	Ponta de Pedras	Marajó	24.276	3.380,3	BR
95	Portel	Marajó	45.586	25.498,1	DMR
96	Porto de Moz	Baixo Amazonas	26.489	17.500,8	DMR
97	Praíha	Baixo Amazonas	26.436	13.895,7	BR
98	Primavera	Nordeste Paraense	10.463	287,1	BR
99	Quatipuru	Nordeste Paraense	12.620	321,7	BR
100	Redenção	Sudeste Paraense	64.583	3.839,9	EMR
101	Rio Maria	Sudeste Paraense	16.993	4.132,3	DMR
102	Rondon do Pará	Sudeste Paraense	45.016	8.277,3	DMR
103	Rurópolis	Sudoeste Paraense	32.950	6.991,3	EMR
104	Salinópolis	Nordeste Paraense	37.066	218,8	EMR
105	Salvaterra	Marajó	17.077	1.048,2	BR
106	Santa Bárbara do Pará	Metropolitana de Belém	13.714	279,4	DMR
107	Santa Cruz do Arari	Marajó	5.921	1.079,5	DMR
108	Santa Isabel do Pará	Metropolitana de Belém	51.763	720,9	EMR
109	Santa Luzia do Pará	Nordeste Paraense	18.123	1.278,3	BR
110	Santa Maria das Barreiras	Sudeste Paraense	16.012	10.373,4	DMR
111	Santa Maria do Pará	Nordeste Paraense	22.147	459,8	EMR
112	Santana do Araguaia	Sudeste Paraense	49.053	11.639,2	EMR
113	Santarém	Baixo Amazonas	274.285	24.422,5	EMR
114	Santarém Novo	Nordeste Paraense	6.007	230,5	BR
115	Santo Antônio do Tauá	Metropolitana de Belém	24.814	539,9	BR
116	São Caetano de Odivelas	Nordeste Paraense	16.179	727,3	DMR
117	São Domingos do Araguaia	Sudeste Paraense	21.094	1.398,5	DMR
118	São Domingos do Capim	Nordeste Paraense	27.094	1.691,9	BR
119	São Félix do Xingu	Sudeste Paraense	59.238	84.607,3	DMR
120	São Francisco do Pará	Nordeste Paraense	11.913	476,1	EMR
121	São Geraldo do Araguaia	Sudeste Paraense	24.872	3.283,7	EMR
122	São João da Ponta	Nordeste Paraense	4.715	196,9	DMR
123	São João de Pirabas	Nordeste Paraense	18.919	709,4	DMR
124	São João do Araguaia	Sudeste Paraense	11.673	1.301,7	DMR
125	São Miguel do Guamá	Nordeste Paraense	42.987	1.094,8	EMR
126	São Sebastião da Boa Vista	Marajó	20.500	1.576,4	DMR
127	Sapucaia	Sudeste Paraense	5.117	1.303,8	DMR
128	Senador José Porfírio	Sudoeste Paraense	14.302	13.345,6	DMR
129	Soure	Marajó	21.395	3.528,7	EMR
130	Tailândia	Nordeste Paraense	64.281	4.475,5	DMR
131	Terra Alta	Nordeste Paraense	9.861	207,4	BR
132	Terra Santa	Baixo Amazonas	15.316	1.909,0	BR

Item	Município	Mesorregião	População	Área (km²)	PNDR
133	Tomé-Açu	Nordeste Paraense	47.081	5.179,2	EMR
134	Tracuateua	Nordeste Paraense	26.129	771,9	BR
135	Trairão	Sudoeste Paraense	16.097	12.043,6	BR
136	Tucumã	Sudeste Paraense	26.513	2.523,3	AR
137	Tucuruí	Sudeste Paraense	89.264	2.095,5	DMR
138	Ulianópolis	Sudeste Paraense	31.881	5.103,6	EMR
139	Uruará	Sudoeste Paraense	35.076	10.839,0	EMR
140	Vigia	Nordeste Paraense	43.847	559,6	DMR
141	Viseu	Nordeste Paraense	53.217	4.980,9	BR
142	Vitória do Xingu	Sudoeste Paraense	9.693	2.971,6	DMR
143	Xinguara	Sudeste Paraense	38.457	3.795,9	DMR

Nota: * (Nº de habitantes)

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IBGE e do Ministério da Integração

APÊNDICE B – TABELAS 22 a 25

Tabela 22 – Classificação dos 15 municípios do Estado do Pará com maiores valores do PIB no período 1999 – 2007 – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Ordem	Município	Mesorregião	PIB
1º	Belém	Metropolitana de Belém	119.281.798
2º	Barcarena	Metropolitana de Belém	29.661.910
3º	Parauapebas	Sudeste Paraense	25.911.956
4º	Ananindeua	Metropolitana de Belém	21.214.717
5º	Marabá	Sudeste Paraense	18.139.839
6º	Tucuruí	Sudeste Paraense	16.201.102
7º	Santarém	Baixo Amazonas	12.264.461
8º	Oriximiná	Baixo Amazonas	7.511.362
9º	Castanhal	Metropolitana de Belém	7.266.086
10º	Almeirim	Baixo Amazonas	5.780.038
11º	Paragominas	Sudeste Paraense	5.673.420
12º	Redenção	Sudeste Paraense	4.421.333
13º	Altamira	Sudoeste Paraense	4.018.533
14º	Itaituba	Sudoeste Paraense	3.950.504
15º	Canaã dos Carajás	Sudeste Paraense	3.284.966

Nota: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IBGE

Tabela 23 – Classificação dos 15 municípios do Estado do Pará com menores valores do PIB no período 1999 – 2007 – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Ordem	Município	Mesorregião	PIB
129º	Brejo Grande do Araguaia	Sudeste Paraense	291.650
130º	Nova Timboteua	Nordeste Paraense	286.004
131º	Curuá	Baixo Amazonas	269.253
132º	Colares	Nordeste Paraense	240.077
133º	Inhangapi	Metropolitana de Belém	217.280
134º	Palestina do Pará	Sudeste Paraense	213.945
135º	Faro	Baixo Amazonas	213.211
136º	Bonito	Nordeste Paraense	210.006
137º	Primavera	Nordeste Paraense	178.699
138º	Terra Alta	Nordeste Paraense	177.850
139º	Peixe-Boi	Nordeste Paraense	169.311
140º	Santa Cruz do Arari	Marajó	164.042
141º	Magalhães Barata	Nordeste Paraense	160.097
142º	Santarém Novo	Nordeste Paraense	131.386
143º	São João da Ponta	Nordeste Paraense	128.801

Nota: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IBGE

Tabela 24 – Classificação dos 15 municípios do Estado do Pará com maiores valores médios do PIB *per capita* no período 1999 – 2007 – Valores Atualizados* (R\$ 1)

Ordem	Município	Mesorregião	PIB <i>per capita</i>
1º	Barcarena	Metropolitana de Belém	46.492
2º	Parauapebas	Sudeste Paraense	32.216
3º	Canaã dos Carajás	Sudeste Paraense	26.188
4º	Tucuruí	Sudeste Paraense	22.438
5º	Almeirim	Baixo Amazonas	18.687
6º	Oriximiná	Baixo Amazonas	16.309
7º	Sapucaia	Sudeste Paraense	14.227
8º	Bannach	Sudeste Paraense	12.538
9º	Marabá	Sudeste Paraense	10.845
10º	Cumaru do Norte	Sudeste Paraense	10.381
11º	Xinguara	Sudeste Paraense	10.266
12º	Belém	Metropolitana de Belém	9.798
13º	Rio Maria	Sudeste Paraense	8.322
14º	Paragominas	Sudeste Paraense	7.618
15º	Redenção	Sudeste Paraense	7.284

Nota: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IBGE

Tabela 25 – Classificação dos 15 municípios do Estado do Pará com menores valores médios do PIB *per capita* no período 1999 – 2007 – Valores Atualizados* (R\$ 1)

Ordem	Município	Mesorregião	PIB <i>per capita</i>
129º	Viseu	Nordeste Paraense	2.203
130º	Igarapé-Miri	Nordeste Paraense	2.166
131º	São Sebastião da Boa Vista	Marajó	2.164
132º	Garrafão do Norte	Nordeste Paraense	2.138
133º	Terra Alta	Nordeste Paraense	2.102
134º	São Domingos do Capim	Nordeste Paraense	2.097
135º	Muaná	Marajó	2.084
136º	Tracuateua	Nordeste Paraense	2.034
137º	Melgaço	Marajó	1.926
138º	Primavera	Nordeste Paraense	1.921
139º	Faro	Baixo Amazonas	1.862
140º	Aveiro	Sudoeste Paraense	1.856
141º	Currálinho	Marajó	1.741
142º	Nova Esperança do Piriá	Nordeste Paraense	1.722
143º	Jacareacanga	Sudoeste Paraense	1.628

Nota: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IBGE

APÊNDICE C – TABELAS 26 a 32

Tabela 26 - Classificação dos 15 municípios do Estado do Pará com maiores valores contratados do FNO no período 1999 - 2007 – Todos os Setores de Atividade – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Ordem	Município	Mesorregião	Aplicação
1º	Marabá	Sudeste Paraense	660.979
2º	Belém	Metropolitana de Belém	617.423
3º	Ananindeua	Metropolitana de Belém	185.373
4º	São Félix do Xingu	Sudeste Paraense	181.598
5º	Paragominas	Sudeste Paraense	166.965
6º	Santarém	Baixo Amazonas	145.110
7º	Barcarena	Metropolitana de Belém	107.788
8º	Conceição do Araguaia	Sudeste Paraense	107.032
9º	Santa Maria das Barreiras	Sudeste Paraense	104.643
10º	Castanhal	Metropolitana de Belém	95.141
11º	Altamira	Sudoeste Paraense	89.153
12º	Eldorado dos Carajás	Sudeste Paraense	81.901
13º	Cumaru do Norte	Sudeste Paraense	76.156
14º	Parauapebas	Sudeste Paraense	72.080
15º	Redenção	Sudeste Paraense	71.542

Nota: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A.

Tabela 27 - Classificação dos 15 municípios do Estado do Pará com menores valores contratados do FNO no período 1999 - 2007 – Todos os Setores de Atividade – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Ordem	Município	Mesorregião	Aplicação
128º	Primavera	Nordeste Paraense	1.325
129º	Cachoeira do Piriá	Marajó	1.305
130º	Curralinho	Marajó	1.181
131º	Faro	Baixo Amazonas	1.157
132º	Gurupá	Marajó	1.136
133º	Peixe-Boi	Nordeste Paraense	1.075
134º	Portel	Marajó	806
135º	Nova Esperança do Piriá	Nordeste Paraense	757
136º	Magalhães Barata	Nordeste Paraense	585
137º	Muaná	Marajó	484
138º	Melgaço	Marajó	482
139º	Colares	Nordeste Paraense	446
140º	Quatipuru	Nordeste Paraense	373
141º	Anajás	Marajó	187
142º	Sapucaia	Sudeste Paraense	135

Notas: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008 / Obs.: 1 (hum) município paraense não recebeu recursos deste tipo de setor ao longo dos anos de 1999 a 2007

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A.

Tabela 28 - Classificação dos 15 municípios do Estado do Pará com maiores valores contratados do FNO no período 1999 - 2007 – Setor de Atividade Industrial – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Ordem	Município	Mesorregião	Aplicação
1º	Belém	Metropolitana de Belém	610.021
2º	Marabá	Sudeste Paraense	495.331
3º	Ananindeua	Metropolitana de Belém	177.322
4º	Barcarena	Metropolitana de Belém	102.536
5º	Santarém	Baixo Amazonas	65.834
6º	Castanhal	Metropolitana de Belém	60.830
7º	Marituba	Metropolitana de Belém	36.353
8º	Redenção	Sudeste Paraense	22.852
9º	Conceição do Araguaia	Sudeste Paraense	20.805
10º	Capanema	Nordeste Paraense	20.587
11º	Benevides	Metropolitana de Belém	15.093
12º	Santa Isabel do Pará	Metropolitana de Belém	13.526
13º	Paragominas	Sudeste Paraense	12.928
14º	Altamira	Sudoeste Paraense	12.387
15º	Parauapebas	Sudeste Paraense	12.295

Nota: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A.

Tabela 29 - Classificação dos 15 municípios do Estado do Pará com menores valores contratados do FNO no período 1999 - 2007 – Setor de Atividade Industrial – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Ordem	Município	Mesorregião	Aplicação
61º	Santarém Novo	Nordeste Paraense	188
62º	Breves	Marajó	168
63º	Oriximiná	Baixo Amazonas	128
64º	Primavera	Nordeste Paraense	117
65º	Igarapé-Açu	Nordeste Paraense	104
66º	Nova Ipixuna	Sudeste Paraense	95
67º	Anapu	Sudoeste Paraense	90
68º	Mãe do Rio	Nordeste Paraense	72
69º	Mocajuba	Nordeste Paraense	67
70º	Curralinho	Marajó	56
71º	Jacundá	Sudeste Paraense	52
72º	Maracanã	Nordeste Paraense	42
73º	São Sebastião da Boa Vista	Marajó	33
74º	São João do Araguaia	Sudeste Paraense	23
75º	Belterra	Baixo Amazonas	8

Notas: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008 / Obs.: 68 municípios paraenses não receberam recursos deste tipo de setor ao longo dos anos de 1999 a 2007

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A.

Tabela 30 - Classificação dos 15 municípios do Estado do Pará com maiores valores contratados do FNO no período 1999 - 2007 – Setor de Atividade Rural – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Ordem	Município	Mesorregião	Aplicação
1º	São Félix do Xingu	Sudeste Paraense	180.863
2º	Marabá	Sudeste Paraense	165.648
3º	Paragominas	Sudeste Paraense	154.037
4º	Santa Maria das Barreiras	Sudeste Paraense	104.643
5º	Conceição do Araguaia	Sudeste Paraense	86.227
6º	Santarém	Baixo Amazonas	79.276
7º	Eldorado dos Carajás	Sudeste Paraense	77.369
8º	Altamira	Sudoeste Paraense	76.766
9º	Cumaru do Norte	Sudeste Paraense	76.156
10º	Novo Progresso	Sudoeste Paraense	60.603
11º	Parauapebas	Sudeste Paraense	59.785
12º	Novo Repartimento	Sudeste Paraense	58.305
13º	Itupiranga	Sudeste Paraense	55.842
14º	Rondon do Pará	Sudeste Paraense	54.034
15º	Tomé-Açu	Nordeste Paraense	52.177

Nota: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A.

Tabela 31 - Classificação dos 15 municípios do Estado do Pará com menores valores contratados do FNO no período 1999 - 2007 – Setor de Atividade Rural – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Ordem	Município	Mesorregião	Aplicação
128º	Primavera	Nordeste Paraense	1.208
129º	Faro	Baixo Amazonas	1.157
130º	Gurupá	Marajó	1.136
131º	Currulinho	Marajó	1.125
132º	Peixe-Boi	Nordeste Paraense	1.075
133º	Portel	Marajó	806
134º	Nova Esperança do Piriá	Nordeste Paraense	757
135º	Magalhães Barata	Nordeste Paraense	585
136º	Muaná	Marajó	484
137º	Melgaço	Marajó	482
138º	Colares	Nordeste Paraense	446
139º	Quatipuru	Nordeste Paraense	373
140º	Anajás	Marajó	187
141º	Afuá	Marajó	185
142º	Sapucaia	Sudeste Paraense	135

Notas: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008 / Obs.: 1 (hum) município paraense não recebeu recursos deste tipo de setor ao longo dos anos de 1999 a 2007

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A.

Tabela 32 - Comparativo entre as mesorregiões dos 15 municípios do Estado do Pará com maiores valores e menores valores contratados do FNO no período 1999 - 2007 – Todos os Setores, Setor de Atividade Industrial e Setor de Atividade Rural – Valores Atualizados* (R\$ mil)

Mesorregião	Aplicação (todos os setores)	Aplicação (indústria)	Aplicação (rural)
<i>15 maiores valores contratados</i>			
Baixo Amazonas	145.110	65.834	79.276
Marajó	-	-	-
Metropolitana de Belém	1.005.724	1.015.681	-
Nordeste Paraense	-	20.587	52.177
Sudeste Paraense	1.522.896	564.211	1.072.910
Sudoeste Paraense	89.153	12.387	137.369
<i>15 menores valores contratados</i>			
Baixo Amazonas	1.157	135	1.157
Marajó	5.580	257	4.404
Metropolitana de Belém	-	-	-
Nordeste Paraense	4.561	590	4.444
Sudeste Paraense	135	170	135
Sudoeste Paraense	-	90	-

Nota: * Valores atualizados pelo IGP-DI da FGV, a preços de dezembro de 2008

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo Banco da Amazônia S.A.